

**Caixa Econômica**

**Federal - CAIXA**

**Demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2006 e de 2005  
e parecer dos auditores independentes**

# **Caixa Econômica Federal - CEF**

## **Relatório da administração**

---

Cidadãos brasileiros,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal (CAIXA), relativos ao exercício de 2006, nos termos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

# Caixa Econômica Federal - CEF

## Relatório da administração

---

### 1 Introdução

A empresa encerra mais um exercício destacando-se pelo seu desempenho econômico-financeiro, pela execução das políticas sociais do Governo Federal e apoio à administração pública e pelo conjunto das suas ações de responsabilidade social.

Em 2006, em consonância com as diretrizes e os objetivos do Governo Federal a CAIXA manteve como prioritária a área habitacional, buscando incentivar e estimular a concessão de financiamentos em operações de crédito voltadas para o atendimento à população de baixa renda, reduzir o déficit habitacional e as desigualdades sociais e regionais e, ainda, gerar novos empregos.

Alcançou, em 2006, o volume de R\$ 14,17 bilhões contratados no segmento habitacional, significando o maior volume contratado na história da empresa.

A CAIXA tem uma forte atuação em prol do desenvolvimento sustentável por meio de seus produtos e serviços, fomentando habitação, saneamento ambiental, infra-estrutura e eficiência ambiental, funcionando como indutor do comportamento socio-ambiental responsável de seus clientes e parceiros.

### 2 Desempenho econômico-financeiro

O lucro líquido no exercício de 2006 foi de R\$ 2,39 bilhões, viabilizando a destinação à União da quantia de R\$ 1.146 milhões a título de dividendos e juros sobre capital próprio. Somado aos repasses das loterias, tributos e encargos recolhidos, eleva-se a R\$ 5,8 bilhões o montante destinado ao Tesouro Nacional no exercício. O retorno sobre o PL foi de 26%. O Patrimônio Líquido (PL), em 31 de dezembro de 2006, equivale a 25,3% dos ativos ponderados segundo o risco, e as imobilizações representam 19,8% em relação ao PL.

O resultado da intermediação financeira apresentou uma variação positiva de 12% em relação ao mesmo período do ano anterior, destacando-se o crescimento de 19% das receitas de operações de crédito.

Indicadores	Indicadores de rentabilidade e performance (%)				
	4º trim 05	1º trim 06	2º trim 06	3º trim 06	4º trim 06
Margem Bruta	40,34	44,03	34,34	40,47	39,62
Margem Operacional	15,07	11,59	9,79	13,89	9,45
Margem Líquida	11,62	9,82	9,66	8,35	6,35
Eficiência	66,11	54,71	74,57	63,10	66,55
Cobertura Despesas de Pessoal	84,02	91,98	88,40	93,41	84,97

# Caixa Econômica Federal - CEF

## Relatório da administração

---

### 3 Execução de Políticas Sociais e apoio à Administração Pública Conta CAIXA Fácil

A Conta CAIXA Fácil, responsável pela inclusão de milhares de brasileiros no sistema bancário, alcançou, em 2006, 4,7 milhões de contas abertas, apresentando crescimento de 24,9% em relação ao mesmo período de 2005. Do total de transações realizadas pelos clientes, 87% foram efetuadas em canais alternativos, tais como: auto-atendimento, lotéricos, correspondentes bancários e compras com cartão de débito, sendo esse último responsável por 21% das transações.

A CAIXA lançou em outubro de 2006 uma nova modalidade de empréstimo para atender ao público de trabalhadores informais. Esta modalidade de empréstimo destina-se a pessoas que possuem a Conta CAIXA Fácil, com valor inicial de empréstimo de R\$ 200, podendo chegar a R\$ 600. O pagamento do mesmo é parcelado em até 12 meses, podendo ser através de carnê ou débito direto na conta, conforme solicitação do cliente.

#### Programas de habitação de interesse social e de mercado

A CAIXA distribuiu, no decorrer do exercício de 2006, orçamentos e metas relativas aos diversos programas implementados com recursos do FGTS, PAR, CAIXA/SBPE e FAT - Habitação, sendo que, do valor total contratado no segmento imobiliário, que inclui também o repasse de recursos do OGU para habitação, no valor total de R\$ 14,17 bilhões, 53,0% foram originários da fonte FGTS, 27,7% de recursos próprios da CAIXA/SBPE e os restantes 19,3% às demais fontes: FAT, PAR, FDS e OGU/Habitação.

Na evolução comparada do total das contratações habitacionais de 2005, no valor de R\$ 8,90 bilhões, em relação a 2006, no valor de R\$ 14,17 bilhões, verificou-se crescimento de 59,30%. Relativamente ao número de unidades, a evolução no mesmo período foi de 435.135 unidades para 601.026 unidades, crescimento de 38,10%.

Por intermédio dos programas habitacionais implementados com recursos do FGTS, destinados a famílias com renda de até R\$ 4.900,00 - com prioridade para a faixa de renda de até 5 salários mínimos, a qual é contemplada com subsídio habitacional -, foram atendidas, pela CAIXA, 360.377 famílias, das quais 85% integrantes da faixa de renda de até 5 salários mínimos. Como decorrência de tais investimentos, foram beneficiadas aproximadamente 1,6 milhão de pessoas e gerados cerca de 719 mil novos empregos diretos e indiretos, em todo o território nacional.

Por intermédio do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), cuja faixa de renda de atuação é até 6 salários mínimos, foram contratadas, em 2006, operações de aquisição de empreendimentos no valor de R\$ 1,27 bilhão, crescimento de 24,7% em relação a 2005.

# Caixa Econômica Federal - CEF

## Relatório da administração

---

No quadro abaixo é apresentado resumo das contratações habitacionais, por fonte de recursos, no âmbito de todos os programas conduzidos pela CAIXA.

Origem de recursos/ Programa	Valores em R\$ mil / Quantidades em unidades			
	Valores contratados	Unidades habitacionais	População beneficiada	Empregos gerados
FGTS e Subsídios <sup>(1)</sup>	7.517.308	360.378	1.595.780	718.616
FAT	50.016	4.941	19.764	4.754
FAR/Arrendamento Residencial	1.270.471	40.247	160.988	122.980
CAIXA <sup>(2)</sup>	3.922.726	85.869	343.476	373.903
FDS	96.536	4.413	17.652	9.203
Repasse OGU <sup>(3)</sup>	992.656	99.234	841.751	112.121
Consórcio CAIXA	329.754	5.944	23.776	31.433
	<b>14.179.467</b>	<b>601.026</b>	<b>3.003.187</b>	<b>1.373.010</b>

Notas: <sup>(1)</sup> Inclui PSH e Pró-Moradia; <sup>(2)</sup> Inclui Construcard; <sup>(3)</sup> Relativos à Habitação (FNHIS).

### Apoio ao desenvolvimento urbano

O apoio técnico da CAIXA ao desenvolvimento urbano dá-se no âmbito dos diversos programas habitacionais, de saneamento ambiental e de infra-estrutura, com recursos do FGTS, FAT, CAIXA, OGU, FAR e FDS. São, também, realizadas atividades de análise da viabilidade técnica de projetos, avaliações e acompanhamento de obras. Na produção de habitações para famílias de baixa renda, são implementadas ações técnicas sociais destinadas ao fortalecimento, organização e apropriação dos bens produzidos, de forma a dar sustentabilidade aos empreendimentos e fixar as famílias nas áreas de intervenção.

Como instrumento de apoio ao desenvolvimento urbano, a CAIXA dispõe também do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), que é utilizado como referência oficial para análise de custos das obras públicas executadas com recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

O Portal de Obras do Governo Federal (Obrasnet), que disponibiliza informações sobre todos os projetos com recursos do Orçamento Geral da União em andamento no país, foi desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em parceria com a CAIXA. O maior objetivo do portal é promover a transparência do processo de planejamento, aprovação, contratação e acompanhamento dessas obras. O endereço de acesso ao portal é: [www.obrasnet.gov.br](http://www.obrasnet.gov.br).

### Programas de saneamento e infra-estrutura

A atuação da CAIXA, no exercício de 2006, foi direcionada no sentido do aproveitamento do limite global de R\$ 2,54 bilhões autorizado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em novembro de 2005, no âmbito da política de contingenciamento de crédito ao setor público, para contratação de operações com entidades públicas estaduais e municipais, da administração direta e indireta.

## **Caixa Econômica Federal - CEF**

### **Relatório da administração**

---

Cumpra registrar, no entanto, que o aproveitamento do referido limite pelo Agente Financeiro CAIXA foi limitado tanto pela atuação dos demais agentes financeiros habilitados junto ao Banco Central do Brasil, posto que o limite encontra-se autorizado para todo o Sistema Financeiro Nacional, como pela margem referenciada ao patrimônio de referência que limita as contratações com entidades do setor público.

Merece destaque, em 2006, a participação do Agente Financeiro CAIXA no limite autorizado de R\$ 2,20 bilhões destinados ao financiamento de ações de saneamento ambiental, dos quais a CAIXA formalizou o montante de contratações de R\$ 1,06 bilhão, referente ao programa saneamento para todos, em operações com recursos do FGTS.

Juntam-se àquele montante as contratações no valor de R\$ 357 milhões em saneamento e infra-estrutura com empresas privadas, e as demandas apresentadas por tomadores do setor público que, valendo-se de seus Programas de Ajuste Fiscal firmados com a União, obtiveram autorização de endividamento para a contratação de R\$ 208 milhões relativos ao financiamento de ações de Infra-estrutura habitacional, de R\$ 57 milhões para infra-estrutura de transportes coletivos urbanos e de R\$ 3,4 milhões na melhoria da mobilidade urbana, tendo sido assinadas no conjunto, no ano de 2006, 169 operações de crédito, no valor total de R\$ 1,68 bilhão.

#### **Inovação tecnológica em desenvolvimento urbano**

Em 2006, a CAIXA investiu fortemente na busca por soluções inovadoras para problemas como o déficit habitacional e a falta de saneamento básico, em especial junto às classes de mais baixa renda.

No âmbito da Rede de Tecnologia Social, foram aplicados R\$ 150 mil para manutenção da rede, em apoio ao evento I Fórum Nacional da Rede de Tecnologia Social em 2006. Em 2005, foram aplicados R\$ 900 mil em cinco projetos no âmbito da Chamada Pública MCT/FINEP/MDS - Rede de Tecnologia Social - Tecnologia de Incubação de empreendimentos solidários.

Com o objetivo de buscar idéias e soluções para habitação social, a CAIXA promoveu em 2006, em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil, a terceira edição do Prêmio CAIXA IAB, com a intenção de trazer para o meio técnico e profissional a discussão sobre habitação social e a destinação de imóveis vazios ou subutilizados.

#### **CAIXA Hospitais**

A CAIXA contribui para suprir as necessidades imediatas de capital de giro dos hospitais filantrópicos, por meio da operação de crédito denominada CAIXA Hospitais. Em 2006 foram realizadas 365 operações, totalizando R\$ 368,58 milhões. Comparando-se com o resultado de 2005, verifica-se crescimento de 7,63%.

# Caixa Econômica Federal - CEF

## Relatório da administração

---

### **Apoio à gestão pública**

Em 2006 foi desenvolvida e implantada a nova versão do Sistema de Informações Socioeconômicas dos Municípios Brasileiros (SIMBRASIL), culminando com evento de lançamento da versão 3.0. Os dados desta nova versão do SIMBRASIL são visualizados em três dimensões: Brasil, estado e município e, dentro dessas dimensões, são demonstradas informações fiscais, econômicas, demográficas, educacionais, urbanas, sociais, rede de atendimento CAIXA e seus produtos, meio ambiente, serviços e resultados, dentre outras, além da visualização de alguns dos dados por meio de mapas.

A CAIXA vem, desde o ano de 2001, por força de convênio celebrado com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), realizando a coleta de dados contábeis dos entes da Federação – estados, DF e municípios, por intermédio do SISTN. Registrou-se, em 2006, a homologação ou a entrega, relativa ao exercício de 2005, de 96,60% dos balanços patrimonial e orçamentário dos municípios e 100,00% dos balanços relativos aos estados e DF, enquanto registrou-se o recebimento dos dados do Relatório de Gestão Fiscal de 56,13% dos municípios e de 100,00% dos estados e, em relação ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária, esses percentuais ficaram, respectivamente, em 59,69% e 100,00%.

O Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE) é um Programa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) que faz parte da Agenda da Eficiência do Governo Federal. Construído por meio de uma parceria entre o MPOG, o Conselho Nacional de Secretários de Administração (CONSAD), o Fórum Nacional de Secretários de Planejamento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e tem o propósito de apoiar a modernização das Administrações Públicas Estaduais a partir de uma visão transversal e integrada do ciclo de gestão pública.

O Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX) é um programa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) que tem como objetivos a modernização e o fortalecimento institucional do sistema de controle externo no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios.

### **Transferências de Recursos FNS e FUNASA**

A CAIXA transferiu, em 2006, R\$ 94,05 milhões a órgãos e entidades das administrações públicas direta, autárquicas ou fundacional, empresas públicas ou entidades privadas filantrópicas, referentes aos convênios com o Fundo Nacional de Saúde (FNS) e com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). No mesmo período de 2005, as transferências alcançaram R\$ 80,3 milhões, o que representou aumento de 17% nestas transferências.

### **Repasse e transferências de recursos do Orçamento Geral da União (OGU)**

No ano de 2006, foram contratadas 12.168 operações com acréscimo de 31,7% sobre os números do exercício anterior. Essas operações atingiram o valor de R\$ 3,86 bilhões, superando em 88,5% o valor contratado em 2005, gerando 634.724 empregos.

## **Caixa Econômica Federal - CEF**

### **Relatório da administração**

---

Relativamente aos desembolsos à conta de contratos de repasse assinados, foram efetuadas liberações no período no valor de R\$ 1,90 bilhão, com acréscimo de 92,9% em relação ao mesmo período de 2005.

#### **Programa melhores práticas de gestão local**

A CAIXA contribuiu para o cumprimento dos compromissos da Agenda Habitat em 2006, divulgando amplamente experiências bem sucedidas e sustentáveis de gestão local, com impacto tangível e visível na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Ao tornar públicas essas informações, a CAIXA possibilita que órgãos públicos federais, empresas privadas, universidades e organizações não governamentais, se apropriem das lições aprendidas para a produção de novos projetos capazes de transformar as realidades locais.

Em 2006, no âmbito do Programa Melhores Práticas, a CAIXA promoveu oficinas de replicação de projetos com foco nas temáticas: Desenvolvimento Local, Habitação de Interesse Social, Gestão de Recursos Hídricos e Gestão Urbana. O objetivo foi disseminar o conhecimento sobre as melhores práticas premiadas pela CAIXA e inspirar parceiros a adotarem as soluções para problemas semelhantes.

Em junho, a CAIXA participou do III Fórum Mundial Urbano, em Vancouver/Canadá, onde apresentou resultados obtidos com o Programa e as experiências voltadas para habitação de interesse social, nos projetos “Melhores Práticas” premiados.

#### **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**

A CAIXA, na qualidade de agente operador do FGTS, em 2006, registrou o montante de R\$ 36,51 bilhões de arrecadação de contribuições ao fundo, por meio de 44,56 milhões de guias. Em relação ao ano anterior, o valor arrecadado apresentou crescimento nominal de 13,2%.

Foram realizados 23,96 milhões de pagamentos nas diversas modalidades de saques, totalizando R\$ 29,68 bilhões. Em comparação a 2005, esses números apresentaram-se superiores em 18,2% e 14,4%, respectivamente.

Em 2006, a CAIXA, enquanto agente operador do FGTS foi classificada entre as três melhores empresas na categoria de empresas públicas e sociedade de economia mista e premiada com a FAIXA PRATA do Prêmio Nacional da Gestão Pública.

## **Caixa Econômica Federal - CEF**

### **Relatório da administração**

---

#### **Créditos Complementares do FGTS**

O pagamento dos créditos complementares, autorizados pela Lei Complementar nº 110/2001, atingiu o montante de R\$ 38,13 bilhões, de junho de 2002 a dezembro de 2006, resultante de 83,20 milhões de créditos. Em 2006, o total creditado foi de R\$ 3,5 bilhões.

#### **Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)**

Como instrumento de política social do Governo, o FCVS subsidia os contratos de financiamento habitacional assinados até 18/10/1993 e, por conseguinte, os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), assumindo o desequilíbrio dos financiamentos habitacionais eventualmente ocasionados pelo descasamento entre os reajustes das prestações e dos saldos devedores, durante a vigência dos contratos, bem como os descontos concedidos nas liquidações antecipadas e transferências.

Em 2006, 36.247 contratos foram habilitados ao FCVS, cujos mutuários liquidaram os seus financiamentos utilizando-se da prerrogativa da Lei nº 10.150/2000, com 100% de desconto no saldo devedor, beneficiando um total aproximado de 136.289 pessoas.

#### **Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH)**

O Seguro Habitacional do SFH é um dos instrumentos de proteção aos recursos aplicados na área habitacional, pois sua apólice garante as operações de habitação contratadas no âmbito do SFH, nas situações de morte ou invalidez permanente do mutuário e/ou danos físicos nos imóveis.

Em 2006, a arrecadação de prêmios foi de R\$ 382,57 milhões. O volume de sinistros pagos foi de R\$ 366,50 milhões, o que equivale ao atendimento de aproximadamente 21 mil famílias, que tiveram seus imóveis reformados ou quitados.

#### **Programa Crédito Solidário com Recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)**

O Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) dispõe de recursos da ordem de R\$ 728 milhões para aplicação em financiamentos habitacionais voltados para a população de baixa renda. Em 2006, parte desses recursos foi direcionada na aplicação no programa Crédito Solidário, buscando atender famílias com renda de até três salários mínimos.

O programa Crédito Solidário oferece condições especiais e subsidiadas. Trata-se do único financiamento habitacional no mercado sem cobrança de juros, com as despesas de taxa de administração, taxa de equilíbrio da operação e taxa de risco do agente financeiro assumidas pelo Fundo.

Em 2006, foram construídas 4.413 unidades habitacionais, com utilização de R\$ 90,56 milhões, beneficiando 17,65 mil cidadãos em diversos municípios brasileiros, gerando 8,63 mil empregos e viabilizaram o acesso à moradia regular e a inclusão social das famílias.

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Relatório da administração

---

Com objetivo de aplicar no Programa Crédito Solidário, o FDS contratou empréstimo no valor de R\$ 150 milhões e destinou R\$ 30 milhões para o Fundo Garantidor, o que permitiu a contratação pela CAIXA do montante de R\$ 91,55 milhões para 6.030 unidades habitacionais selecionadas pelo Ministério das Cidades, com 24.362 pessoas beneficiadas e gerando cerca de 9.563 empregos.

### Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS)

O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) foi criado pela Lei nº. 11.124, de 16/06/2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), é mais um produto governamental voltado para geração de benefícios à população de baixa renda, cabendo a CAIXA o papel de agente operador. Os recursos do FNHIS serão aplicados de forma descentralizada por intermédio dos Estados, Municípios e Distrito Federal, em ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social. Em 2006 foram aportados R\$ 1,2 bilhões do Orçamento Geral da União.

### Serviços delegados e programas de transferência de renda

Em 2006, a CAIXA realizou 189,5 milhões de pagamentos de benefícios dos programas de Transferência de Renda e Serviços Delegados do Governo Federal. O volume de recursos envolvidos totalizou R\$ 22,1 bilhões, representando incremento de 20,8% em relação a 2005, conforme a tabela abaixo:

Programas	Valores em R\$ Mil / Quantidades em Unidades			
	2005		2006	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Transferência de renda	173.643.148	6.483.809	141.224.025	7.594.144
Serviços delegados	45.355.308	11.868.805	48.231.203	14.583.679
	<b>218.998.456</b>	<b>18.352.614</b>	<b>189.455.228</b>	<b>22.177.823</b>

Nos Programas de Transferência de Renda, representados pelo Bolsa família, Programas Remanescentes (Bolsa escola, Bolsa alimentação, Cartão alimentação, Auxílio-gás), PETI, Agente Jovem, Auxílio-aluno, Garantia Safra, De Volta Para Casa, ProJovem, Bolsa Atleta, Escola de Fábrica e Emergencial Contra Seca, em 2006, a CAIXA efetuou o pagamento de 141,2 milhões de benefícios, em todos os municípios brasileiros, no total de R\$ 7,5 bilhões, conforme abaixo:

# Caixa Econômica Federal - CEF

## Relatório da administração

Programas	Valores em R\$ Mil / Quantidades em Unidades			
	2005		2006	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Bolsa família	80.733.926	5.301.301	113.899.575	7.117.394
Bolsa escola	40.286.851	604.301	8.914.822	133.722
Bolsa alimentação	540.224	8.103	107.039	1.606
Auxílio-gás	48.417.525	363.131	15.298.633	114.740
PETI	1.460.123	59.525	942.360	39.216
Agente Jovem	31.770	2.065	98.636	6.411
Cartão alimentação	1.161.306	58.065	570.519	28.526
Auxílio-aluno	339.979	10.199	16.520	496
Garantia Safra	634.470	69.784	737.152	86.435
De Volta Para Casa	16.753	4.036	2.495	599
ProJovem	16.337	1.563	632.443	63.165
Bolsa atleta	883	1.130	1.073	1.421
Escola de Fábrica	-	-	2.758	414
Emergencial Contra Seca	3.001	602	-	-
	<b>173.643.148</b>	<b>6.483.805</b>	<b>141.224.025</b>	<b>7.594.145</b>

Por meio do Programa Bolsa Família, principal programa de Transferência de Renda do Governo, a CAIXA efetuou o pagamento de 113,9 milhões de benefícios, no montante de R\$ 7,12 bilhões, significando o incremento de 41,1% e 34,3%, respectivamente, em relação a 2005, o que permitiu que a CAIXA cumprisse a meta de 11,1 milhões, de famílias beneficiadas, estipulada pelo Governo Federal.

O crescimento do programa Bolsa Família é, também, decorrente da migração de famílias dos programas remanescentes (Bolsa Alimentação, Bolsa escola, Programa Cartão Alimentação e Auxílio-Gás) e da inclusão de novas famílias pelo incentivo às prefeituras para atualização cadastral de famílias no Cadastro Único (CADÚNICO), bem como para inclusão das famílias com renda per capita de até 1,5 salário mínimo residentes no município.

Com o objetivo de otimizar a gestão de recursos públicos, foram mantidos 13 convênios/contratos de integração do Programa Bolsa Família com programas estaduais e municipais, que gerou complemento de benefício para 99,11 mil famílias, no montante de R\$ 44,8 milhões. Em 2006, também, foram firmados mais 2 novos convênios/contratos de integração do Programa Bolsa Família com os municípios de São Paulo-SP e Nova Lima-MG.

Na prestação de serviços delegados pelo Governo Federal, o Seguro-desemprego, o Abono Salarial e o PIS Quotas e Rendimentos, foram pagos R\$ 14,5 bilhões, distribuindo mais de 47,9 milhões de benefícios, como apresentado a seguir:

# Caixa Econômica Federal - CEF

## Relatório da administração

---

Programas	Valores em R\$ Mil / Quantidades em Unidades			
	2005		2006	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Abono Salarial	8.112.853	2.352.492	9.389.931	3.193.377
PIS Rendimentos	14.446.600	503.599	14.335.199	551.845
PIS Quotas	564.571	479.482	526.629	481.203
Seguro-desemprego	22.223.782	8.532.277	23.675.466	10.322.847
	<b>45.347.806</b>	<b>11.867.850</b>	<b>47.927.225</b>	<b>14.549.272</b>

Foram identificados cerca de 30,5 milhões de trabalhadores com direito aos rendimentos do PIS e aproximadamente 9,8 milhões de trabalhadores com direito ao Abono Salarial no exercício financeiro, entre julho de 2006 e junho de 2007. Do total de trabalhadores identificados, 87,7% já receberam o benefício Abono Salarial e 42,9% receberam os rendimentos do PIS.

A CAIXA, em 2006, distribuiu o Abono Salarial a 9,39 milhões de trabalhadores identificados com direito ao benefício, com cerca de R\$ 3,19 bilhões, representando o incremento de 35,7% no total de recursos distribuídos em relação a 2005.

Foram pagos 14,33 milhões de rendimentos de benefícios do Programa de Integração Social (PIS), totalizando R\$ 551,85 milhões, representando um aumento de 9,6% no montante de recursos repassados aos beneficiários. Com relação às quotas do PIS, a CAIXA pagou cerca de 526,63 mil benefícios, com o dispêndio de R\$ 481,20 milhões.

No que tange ao Seguro-desemprego, foram pagas 23,67 milhões de parcelas, distribuindo aos segurados, aproximadamente, R\$ 10,32 bilhões.

Em 2006, a CAIXA efetuou cerca de 3,4 milhões de atendimentos relacionados à emissão de CPF.

### Cadastro Único

A CAIXA, por intermédio do Cadastro Único (CADÚNICO), viabilizou o cadastramento das famílias pobres brasileiras pelas prefeituras, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, possibilitando a gestão e aplicação das políticas definidas pelo Governo Federal. Visando dar condições e promover a melhor qualificação cadastral, a CAIXA vem capacitando todos os municípios brasileiros para operacionalização do aplicativo de cadastramento.

Nesse exercício, a CAIXA atuou com foco na qualificação do Cadastro Único, processando e gerindo cerca de 90 milhões de registros de inclusão e alterações cadastrais enviados pelas prefeituras no período de janeiro à maio de 2006.

Em 2006 foram cadastradas 3.100.628 famílias na base do Cadastro Único. Até dezembro de 2006 encontravam-se cadastradas 18.831.771 famílias, abrangendo um total de 68.154.827 pessoas.

# Caixa Econômica Federal - CEF

## Relatório da administração

---

### Cartões sociais

Em 2006, foram gerados 4,41 milhões de Cartões do Cidadão, destinados a beneficiários de programas sociais, que permite a realização de saques e a emissão de extratos nos canais de atendimento por meio de senha pessoal.

Além disso, houve um incremento no volume de cartões do Programa Bolsa Família, atribuído ao cumprimento da meta do programa e substituição de 6,3 milhões de cartões dos beneficiários dos programas remanescentes migrados para o Bolsa Família. No total foram emitidos 9,43 milhões de cartões do programa.

### Frequência escolar

Com o intuito de manter o controle da frequência escolar das crianças beneficiadas pelo programa Bolsa escola e Bolsa família em todos os municípios brasileiros, a CAIXA disponibiliza o sistema de controle de frequência escolar. Nesse ano, considerando todas as coletas realizadas, processou 44,40 milhões de registros referentes ao cadastro das crianças integrantes das famílias beneficiárias dos programas.

### Administração de Loteria

Em 2006, os produtos que compõem o *portifólio* das Loterias CAIXA, arrecadaram o montante de R\$ 4,23 bilhões. Desse total, R\$ 2 bilhões (47,21% da arrecadação, incluindo o imposto de renda) foram repassados ao Governo Federal e a entidades não-governamentais, para aplicação em programas na área da educação, cultura, esporte, segurança, entre outros, conforme tabela abaixo:

<b>Destinação</b>	<b>2005</b>	<b>Valores em R\$ Mil 2006</b>
Ministério do Esporte	184.716	178.533
Clubes de Futebol	7.222	6.842
Comitê Olímpico Brasileiro - COB	70.873	68.817
Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB	12.507	12.144
Fundo de Investimento do Estudante Superior (FIES)*	308.861	298.841
Fundo Nacional da Cultura - FNC	125.070	121.441
Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	131.084	127.230
Seguridade Social	742.748	720.356
Testes Especiais (APAE, Cruz Vermelha)	270	693
Imposto de Renda	505.996	463.411
CPMF	1.287	1.277
<b>Total do Repasse</b>	<b>2.090.634</b>	<b>1.999.585</b>
Prêmio Líquido	1.449.967	1.382.341
Acumulado para Prêmios	(18.198)	37.077
Despesas de Custeio e Manutenção	840.345	815.663
<b>Arrecadação Total</b>	<b>4.362.748</b>	<b>4.234.666</b>

\* Incluindo os prêmios prescritos repassados ao FIES

## **Caixa Econômica Federal - CEF**

### **Relatório da administração**

---

Cabe ressaltar que, em 2006, finalizou-se a migração para o Novo Modelo Tecnológico e Logístico do Canal Lotérico, tendo desenvolvido seu próprio sistema de processamento, assumindo ainda toda a integração dos demais processos (captação, transmissão de dados, produção de volantes e bobinas e distribuição de volantes, bobinas e bilhetes) que suportam a operacionalização dos canais de distribuição, o que lhe proporcionou a assunção de toda a inteligência e a efetiva gestão do negócio loterias.

#### **Programa de Financiamento Estudantil (FIES)**

O Programa de Financiamento Estudantil (FIES) é destinado ao financiamento da graduação em ensino superior de estudantes que, estando regularmente matriculados em instituições não gratuitas, não tenham condições de arcar com os custos de sua formação. Por meio do FIES, o Governo Federal atende uma das prerrogativas básicas para o desenvolvimento de qualquer nação, a qualificação educacional, resultando em cidadãos preparados para entrar no mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Foram realizadas 279,52 mil operações de aditamento, totalizando R\$ 584,46 milhões. Os aditamentos são as renovações semestrais dos contratos do FIES, obrigatórias para a manutenção do financiamento.

#### **Fundo Garantia SAFRA (FGS)**

O objetivo do Fundo Garantia Safra (FGS) é assegurar condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios, situados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), sistematicamente sujeitos a situações de emergência ou estado de calamidade pública em razão de estiagem. O Fundo é constituído pela contribuição individual anual do agricultor familiar, pelas contribuições anuais dos Estados e Municípios que aderirem ao programa, por recursos da União e pelo resultado das aplicações financeiras desses recursos.

Em dezembro de 2005, a CAIXA assumiu a arrecadação das contribuições dos agricultores em municípios participantes do programa Garantia-Safra, atividade que veio se juntar à gestão financeira do Fundo Garantia Safra (FGS) e ao pagamento dos benefícios do programa. Isso antecipou para o primeiro semestre de 2006, a arrecadação de cerca de R\$ 35 milhões para o Fundo, valor este que, no processo anterior, somente seria aportado pelos estados no 2º semestre.

## **4 Canais de atendimento CAIXA**

A rede de atendimento, presente em todos os municípios brasileiros e no exterior, em 31.12.2006, atingiu 19.951, onde foram realizadas 4,60 bilhões de transações bancárias, assim distribuídas:

# Caixa Econômica Federal - CEF

## Relatório da administração

<b>Rede física – Tipo de unidade</b>	<b>Quantidade de unidades (em unidade)</b>	<b>Quantidade de transações bancárias (em milhões)</b>
Agência	1.981	467,18
Posto de Atendimento Bancário – PAB	461	20,38
Posto de Atendimento Avançado – PAA	1	-
Posto de Atendimento Eletrônico - PAE	964	65,69
Correspondentes Bancários - Casas Lotéricas	8.873	3.106,46
Correspondentes Bancários - Demais	4.382	69,93
Salas de Auto-Atendimento*	2.380	879,00
	<b>19.042</b>	<b>4.608,64</b>

Das 3,10 milhões de transações processadas nas Casas Lotéricas, 1,96 milhões foram por conta dos diversos jogos de loterias e 1,14 milhões em serviços bancários, destacando-se, pela sua relevância social, a crescente preferência da população brasileira por este canal para quitar as suas contas de energia elétrica, água, telefone, bem como para recebimento dos benefícios do Governo Federal:

<b>Modalidades de transação</b>	<b>Quantidades em unidades/ Valores em R\$ mil 2006</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>Valor</b>
Bloquetos	205.132.576	29.057.756,16
Convênios	623.518.548	38.773.508,58
Saques, depósitos e consultas bancárias	182.155.901	23.012.240,22
Benefícios sociais	107.162.669	12.616.321,57
Outras Transações	24.849.232	81.420,56
<b>Total dos serviços bancários</b>	<b>1.142.818.926</b>	<b>103.541.247,09</b>

Os demais correspondentes bancários, que viabilizam a presença da CAIXA em todos os 5.564 municípios brasileiros, registraram 69,9 milhões de transações, entre as quais, cerca de 15 milhões de pagamentos dos diversos benefícios sociais do Governo Federal.

No compartilhamento de terminais da CAIXA e do Banco do Brasil, no decorrer de 2006, a CAIXA ofereceu 4.355 pontos de atendimento, sendo 580 em Postos de Atendimento Eletrônico (PAE), e o Banco do Brasil disponibilizou 2.901 pontos de atendimento. Como resultado da parceria foram realizadas, em 2006, 4,31 milhões de transações do Banco do Brasil na rede CAIXA e 9,90 milhões de transações da CAIXA na rede do Banco do Brasil.

# Caixa Econômica Federal - CEF

## Relatório da administração

---

### Canais virtuais de atendimento

O portal da CAIXA, na internet, <http://www.caixa.gov.br/>, recebeu em 2006 mensalmente a média de 1,8 milhão de visitantes únicos, por meio dos quais se verificaram 568,7 milhões de visitas às suas páginas. O Portal do FGTS teve mais de 229 milhões de consulta a saldo, extrato e alteração de endereço, entre outros serviços. O Banco Eletrônico - *Internet Banking* CAIXA totalizou 4,4 milhões de contas cadastradas, com 215 milhões de transações.

A rede de *telemarketing* realizou 118,29 milhões de atendimentos à sociedade brasileira, sendo 27,08 milhões deles relativos aos programas sociais do Governo Federal.

## 5 Operações de crédito

### Pessoa física

No momento em que os principais indicadores econômicos confirmam o retorno do Brasil à rota do crescimento, a CAIXA tem papel fundamental na oferta e expansão do crédito e, neste desafio, vem reduzindo responsavelmente as taxas de juro de todas as suas linhas de crédito à pessoa física.

A CAIXA encerrou o ano de 2006 com a carteira de crédito comercial a pessoas físicas no valor de R\$ 8,6 bilhões, representando 4,5% de participação desse mercado altamente competitivo.

Destaca-se a evolução dos produtos de crédito consignado, financiamento de material de construção – recursos CAIXA e Cheque Especial PF, que juntos somaram R\$ 7,4 bilhões, representando 77,2% do saldo gerador de receitas da carteira global de crédito comercial a pessoa física, excetuando-se os cartões de crédito.

O CONSTRUCARD CAIXA, financiamento destinado à aquisição de materiais, por meio de cartão específico, para construção, reforma e ampliação do imóvel, nos mais de 42 mil estabelecimentos comerciais credenciados à CAIXA, atingiu, em 2006, a marca de 87.553 contratos, chegando perto de R\$ 1,5 bilhão de saldo em carteira.

O Cheque Especial PF, no período de 2005 a 2006, apresentou a evolução de 15,6%, saindo de 1.663.478 para 1.924.459 contratos, apresentando a variação de 31,5% em valores aplicados, ampliando o volume de aplicação de R\$ 504 para R\$ 663 bilhões.

O Crédito Direto CAIXA (CDC), linha de crédito pré-provada para operações parceladas, apresentou o incremento na ordem de 23,5% em saldo gerador de receitas quando comparado ao exercício anterior. A pré-aprovação de limite de crédito é uma das formas de automatização do produto, o que faz dessa alternativa uma das linhas de crédito mais procuradas e atrativas para os clientes.

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Relatório da administração

---

Em 2006 foi lançada a linha de crédito para custeio de cursos MBA/Pós-Graduação, voltada para cursos "*latu ou strictu sensu*". Essa modalidade de crédito veio beneficiar um público carente, incentivando o seu crescimento profissional, dando-lhes a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos e aumentar sua competitividade no mercado.

Na operação de Antecipação da Restituição de Imposto de Renda PF atingiu-se a marca de 25.504 operações contratadas no montante de R\$ 38 milhões, e na operação de Antecipação de 13º Salário foram contratadas 9.901 operações, totalizando R\$ 10,5 milhões.

O Penhor CAIXA, caracterizado pela praticidade e taxas acessíveis, aplicou R\$ 4,57 bilhões em 2006, em um total de 8,2 milhões de contratos. Com a remodelagem do processo de leilão de jóias, foram vendidos 29.610 lotes a 1.603 compradores, totalizando uma receita de R\$ 23 milhões.

A CAIXA, que tem vocação para o atendimento às camadas menos favorecidas da população e para atuação no mercado bancário de varejo, iniciou sua estratégia de atuação no segmento de microfinanças em 2003 e hoje é parceira de 11 Instituições de Microfinanças, que atuam como operadoras do Microcrédito CAIXA em diversas regiões do País.

Essa parceria ajuda a CAIXA a atingir os empreendedores que atuam na informalidade e que vivem à margem das operações bancárias por falta de condição de manter conta em instituição de crédito. Oferecendo - sem burocracia e sem exigência de garantias pelas quais não pode responder - capital capaz de atualizar o instrumento de trabalho, com empréstimos que variam de R\$ 250 a R\$ 5 mil.

#### **Pessoa jurídica**

No ano de 2006, as operações de crédito comercial a pessoa jurídica totalizaram R\$ 22,8 bilhões em aplicação, acréscimo de 38,8% em relação ao volume aplicado em 2005.

O saldo das operações pessoa jurídica evoluiu 16,5 % em 2006, totalizando R\$ 6,62 bilhões, contra R\$ 5,59 bilhões em 2005.

Dentre alguns programas específicos para micros e pequenas empresas, as linhas de crédito voltadas ao Programa Nacional de Turismo apresentaram crescimento de 20,08% em relação a 2005, totalizando R\$ 817 milhões em 2006.

Destacam-se, também, as operações de Capital de Giro (Desconto, Cheque Empresa CAIXA, GIM e Conta Garantida) que representam 77,6% do volume total aplicado.

Na linha de Investimento, cujo total aplicado foi de 1,2 bilhão, o PROGER, linha de crédito instituída pelo Ministério do Trabalho para empreendimentos que visem à geração de emprego e renda, atingiu o saldo de R\$ 1,54 bilhão em 2006, representando um crescimento de 142% em comparação a 2005. As operações com recursos do BNDES atingiram o saldo total de R\$ 327 milhões, sendo que 74,43% do recurso aplicado foram destinados à Micro, Pequena e Média Empresa.

## **Caixa Econômica Federal - CEF**

### **Relatório da administração**

---

Com 97,1% dos recursos concedidos em 2006 para micros e pequenas empresas, a CAIXA continua a contribuir com a atual política governamental na expansão e acesso ao crédito, reforçado pela aprovação da nova lei das Micros e Pequenas Empresas, beneficiando o crescimento econômico de forma sustentável para os próximos anos.

#### **Administração e recuperação de créditos**

Em 2006, foram regularizadas operações de créditos comerciais no valor de R\$ 945,8 milhões, das quais 55.171 contratos contemplaram operações parceladas, no montante de R\$ 291,7 milhões, incremento de 67,77% em relação a 2005. Foram R\$ 654,1 milhões recuperados à vista, incremento de 50,3% comparando com o mesmo período anterior.

Em relação à carteira de crédito habitacional, foram renegociadas, em 2006, 338.177 operações, no valor de R\$ 423 milhões. No mesmo período de 2005, foram regularizadas 317.007 operações, correspondendo a R\$ 455 milhões.

Realizou-se a quitação de 85.479 contratos, cuja dívida total equivalia à época das liquidações ao montante de R\$ 1,22 bilhão. Em 2005, foram quitados 75.979 contratos, no montante de R\$ 1,11 bilhão.

No total, em 2006, foram regularizados contratos da carteira comercial e imobiliária, no montante de dívida de R\$ 1,3 bilhão, sendo R\$ 9,2 milhões à vista, representando 131% do montante regularizado em 2005.

Com o retorno à adimplência dos créditos comerciais e habitacionais possibilitou-se o incremento de recursos destinados a novos financiamentos, permitindo promover a melhoria da qualidade de vida da sociedade, fomentando o desenvolvimento urbano e o segmento de habitação, bem como a geração de novos empregos.

#### **Administração de créditos de terceiros e vinculados ao FCVS**

Na qualidade de prestadora de serviços, a CAIXA administra os contratos de créditos imobiliários cedidos à Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) e, também, dos credores: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Fundo Garantidor de Créditos (FGC), Banco Central do Brasil (BACEN), Cia. Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Secretaria de Patrimônio da União (SPU), além dos contratos dos imóveis funcionais de órgãos/autarquias do Governo Federal e contratos da própria CAIXA oriundos de carteiras cedidas e adquiridas, cujas atividades contemplam a manutenção, cobrança, recuperação de créditos e realização de FCVS, englobando as modalidades de liquidação, renegociação de dívidas e transferências de devedores. As atividades de realização do FCVS abrangem também os créditos próprios da CAIXA cujos contratos prevêem a cobertura de saldo residual pelo FCVS.

Em 2006, foram arrecadados e repassados aos credores R\$ 1,97 bilhão, relativos a 462.387 contratos, gerando uma receita em tarifas de R\$ 294,6 milhões, pela prestação de serviços.

# Caixa Econômica Federal - CEF

## Relatório da administração

---

Dos créditos habilitados, em 2006 foram 59.087 créditos validados no valor de R\$ 2,9 bilhões, em 2005 foram 54.845 validados no valor de R\$ 1,9 bilhão.

O crédito homologado junto ao Fundo possibilita ao Agente Financeiro liberar a garantia hipotecária do crédito, por intermédio da emissão e entrega ao mutuário do ofício de quitação. A emissão da baixa de hipoteca é realizada após minuciosa depuração dos contratos. Em 2006 foram liberadas 123.157 hipotecas para financiamentos imobiliários, 53% acima do quantitativo de 2005 que foi de 80.474 baixas de gravame hipotecário. O acréscimo é justificado pela inclusão de emissões de baixas de hipoteca para contratos sem FCVS. A liberação de hipoteca perante milhares de famílias representa o cumprimento do papel social da CAIXA ao conceder crédito imobiliário.

## 6 Captação e administração de recursos

### Administração de Recursos de Terceiros

A CAIXA encerrou 2006 tendo sob sua responsabilidade 115 produtos, entre fundos mútuos, carteiras administradas e carteiras sociais, sendo 40 fundos de rede, dos quais 27 abertos à captação; 43 fundos exclusivos; 4 fundos de previdência aberta; 19 carteiras administradas; 6 carteiras sociais; 2 fundos de direitos creditórios e 1 fundo imobiliário.

No período, foram lançados 14 produtos, sendo 5 fundos de rede, 2 fundos de direitos creditórios, além da constituição de 6 novos fundos exclusivos e 1 carteira administrada, gerando um patrimônio líquido de R\$ 3,12 bilhões em dezembro de 2006.

No *ranking* dos administradores de fundos de investimento da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID) a CAIXA registrou crescimento do patrimônio líquido de 34,93%, passando de R\$ 39,65 bilhões em dezembro de 2005 para R\$ 53,51 bilhões ao final de 2006, ressalta-se que o mercado de fundos cresceu 26,49%. Em relação a 2005, a CAIXA ampliou sua participação no mercado, de 5,45% para 5,79% em 2006, consolidando-se na 4ª posição no *ranking* de administradores de fundos de investimento da ANBID.

O total do patrimônio líquido administrado, entre fundos de investimento, carteiras administradas e carteiras sociais apresentou crescimento de 28,48% no ano, passando de R\$ 130,34 bilhões, em dezembro de 2005, para R\$ 167,46 bilhões, em dezembro de 2006. A receita anual registrou um crescimento nominal de 15,45% em relação a 2005, atingindo R\$ 751,66 milhões.

A empresa foi reconhecida e premiada pela gestão em fundos de investimento por várias publicações: Guia dos Melhores Fundos de Investimento – Revista Investidor Individual; *Ranking* dos Melhores Fundos – Agência Estado; 17º *Top Asset - Ranking* dos Maiores e Mais Focados – Revista Investidor Institucional; Os Melhores Fundos de Investimento e Os Melhores Gestores – Revista ValorInveste: Os Fundos Mais Rentáveis e os Melhores Gestores – Revista GazetaInvest; As melhores Opções de Investimento – Revista ISTOÉ DINHEIRO; Os melhores Fundos de Investimento – Revista +dinheiro; Fundos de Previdência com as Melhores Rentabilidades – Valor Econômico; Guia Exame de Investimentos Pessoais (Melhor Gestor de Megafundos) – Revista EXAME; 18º *Top Asset - Ranking* dos Maiores e

## **Caixa Econômica Federal - CEF**

### **Relatório da administração**

---

Mais Focados – Revista Investidor Institucional; Os melhores Fundos de Investimento – Revista +dinheiro e *Ranking* dos 300 melhores fundos para se investir em 2006, onde a CAIXA obteve a segunda maior nota no critério Fundos de Investimento, contribuindo para o 3º lugar da empresa no *ranking* geral de melhores bancos para se investir – Revista VOCE S/A – Dezembro.

### **Operações com Títulos e Valores Mobiliários**

A CAIXA, em 2006, adquiriu R\$ 25,93 bilhões em Títulos Públicos Federais da seguinte forma: R\$ 18,96 bilhões comprados nos mercados primário e secundário e R\$ 6,97 bilhões recebidos em operações de troca com o Banco Central e Tesouro Nacional. No mesmo período, venceram R\$ 17,02 bilhões em Títulos Públicos Federais e foram vendidos R\$ 21,31 bilhões, sendo R\$ 14,23 bilhões em operações no mercado secundário e R\$ 7,08 bilhões entregues em operações de troca com o Banco Central e o Tesouro Nacional, o que gerou um decréscimo de R\$ 208 Milhões na posição da carteira de Títulos Públicos Federais e Securizáveis, em relação a 31 de dezembro de 2005.

A carteira de Títulos Públicos Federais, posicionada em 31 de dezembro de 2006, apresentou saldo de R\$ 92,43 bilhões.

### **Operações de mercado de capitais**

A CAIXA participou do consórcio de bancos responsável pelo lançamento do primeiro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) para o setor de saneamento. Na condição de banco coordenador, atuou na estruturação e distribuição pública das quotas *seniores* junto à comunidade de investidores qualificados, prossegue na estrutura como o banco administrador do FIDC durante toda sua existência, que é de 60 meses.

O sucesso da estrutura montada fica evidenciado em razão da demanda pelas quotas por parte dos investidores, superando três vezes a oferta. Assim, para um volume ofertado de R\$ 250 milhões o FIDC teve demanda de R\$ 780 milhões. O que propiciou a redução da taxa final de remuneração a ser paga aos investidores para CDI + 0,70 % a.a., ante a proposta inicial de CDI + 1,25 % a.a.

A CAIXA apoiou a iniciativa do BNDES para popularizar aplicações de pessoas físicas em instrumentos de renda fixa emitidos por empresas. Deste modo, participou, como coordenador contratado, da distribuição pública de debêntures emitidas pela BNDESPar S.A., uma operação de R\$ 600 milhões, dos quais R\$ 90 milhões foram adquiridos por pequenos investidores.

### **Operações de finanças estruturadas**

A CAIXA e a Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS) assinaram, em 19.04.2006, convênio que possibilita aos 90 mil participantes da PETROS a compra da casa própria, em condições diferenciadas de taxa de juros. Esta operação estruturada é viabilizada em razão da constituição de um Fundo de Investimento exclusivo sob a administração da CAIXA.

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Relatório da administração

---

#### Atuação da CAIXA como *dealer* do BACEN e do Tesouro Nacional

A CAIXA é qualificada como *dealer* primário (grupo de até 12 Instituições autorizadas a operar diretamente com a mesa de operações do Banco Central), desde março de 2002. Em 2006, a CAIXA intermediou o repasse de R\$ 93,08 bilhões em recursos para outras instituições em sua atuação como *dealer*, representando um acréscimo de 56,74% em relação ao volume intermediado no exercício de 2005.

#### Produtos de Captação

A Poupança da CAIXA encerrou 2006 com 31,5 milhões de contas. Nesse período, o saldo da carteira alcançou o patamar de R\$ 59,81 bilhões, representando 12,79% de aumento em relação ao ano de 2005, garantindo uma participação de mercado da ordem de 32,8%.

As Letras de Crédito Imobiliário (LCI) alcançaram, em dezembro, o saldo de R\$ 5,8 bilhões, dos quais R\$ 1,4 bilhão foram oriundos dos vencimentos de LH e LCI.

O CDB/RDB alcançou volume de R\$ 14,1 bilhões, com um crescimento de 11% em relação ao saldo de 2005. A participação de mercado da CAIXA manteve-se em 6%, mesmo percentual de 2005.

Os depósitos à vista alcançaram, em 2006, um saldo total de R\$ 8,67 bilhões, representando uma evolução de 23% quando comparado ao saldo existente ao final de 2005.

A captação líquida dos Depósitos Judiciais alcançou, em 2006, R\$ 997 milhões, valor este superior ao apresentado em 2005.

#### CAIXA Internacional

A CAIXA Internacional é o eixo de atuação da CAIXA que busca o relacionamento com os brasileiros residentes no exterior, proporcionando a abertura de contas e o envio de recursos para o Brasil. Para tanto, a CAIXA Internacional opera o Programa de Remessas por meio da e-Conta, dos bancos parceiros (conveniados) e dos bancos correspondentes (SWIFT).

Em 2006, por meio do Programa de Remessas, a CAIXA recebeu um total de US\$ 37,29 milhões em remessas internacionais e pagou aos beneficiários o montante de R\$ 79,70 milhões.

No produto e-Conta CAIXA, por meio de uma conta eletrônica simplificada na *Internet*, cidadãos brasileiros residentes no exterior, portadores de Cartão de Crédito de bandeira VISA, podem fazer transferências de suas economias para o Brasil, de forma ágil, segura e com taxas reduzidas. A CAIXA movimentou, em 2006, um total de R\$ 1,62 milhão, em 4.050 e-Contas.

A fim de fortalecer o relacionamento com os brasileiros residentes no exterior, em março, a CAIXA assinou o convênio de parceria com o banco *Iwata Shinkin Bank* para o envio de remessas provenientes do Japão, mercado com mais de trezentos mil brasileiros residentes.

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Relatório da administração

---

O banco japonês presta atendimento em língua portuguesa em cinco agências (*Toyoda, Kounodai, Toshincho, Aoicho e Kamoe*).

No primeiro semestre, vale ressaltar que teve início o câmbio manual e o tratamento das remessas com pessoa jurídica. No segundo semestre, destacam-se a autorização do Banco Central do Brasil (BACEN) para a CAIXA abrir escritórios de representação em *Jersey City* (EUA) e em *Hamamatsu* (Japão), bem como a ampliação da sua atuação no mercado internacional com a autorização para realizar operações em comércio exterior.

## 7 Serviços bancários e produtos de fidelização

### Serviços Bancários

A CAIXA destaca-se, também, na prestação de serviços bancários, oferecendo à sociedade serviços sob diversas modalidades. Em 2006, foram realizadas 1,01 bilhão de transações, envolvendo R\$ 200 bilhões, em créditos de salário, cobrança bancária, arrecadações de contribuição sindical, tributos, Guia de Previdência Social e de concessionárias, pagamento de benefícios do INSS entre outras, representando 13% de crescimento em relação ao mesmo período de 2005, conforme a seguir descrito:

Serviços	Valores em R\$ Mil/ Quantidades em mil			
	2005		2006	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Arrecadação de contas de concessionárias	602.792	41.576.422	560.652	37.846.842
Arrecadação de tributos*	58.789	19.716.453	53.700	19.695.099
Arrecadação da Contribuição Sindical	4.504	917.249	4.580	1.073.658
Arrecadação de FGTS	19.636	12.178.527	18.816	12.850.951
Cobrança Bancária	178.125	48.585.445	181.316	59.109.019
Folha de Pagamento	21.282	20.212.857	24.187	24.918.496
Arrecadações Diversas	153.959	5.112.315	99.357	8.519.487
Arrecadação de GPS	31.133	8.843.119	32.020	11.617.377
Pagamento de Benefícios do INSS	40.530	20.800.285	44.005	24.603.088
	<b>1.110.750</b>	<b>177.942.672</b>	<b>1.018.633</b>	<b>200.234.017</b>

(\*) Arrecadação de Tributos é composta da arrecadação das três esferas de governo: Federal, Estadual e Municipal.

### Previdência para Estados e Municípios (PEM CAIXA)

A CAIXA, em consonância com a política do Governo Federal de promover ajuste sustentável das contas públicas e de gestão eficiente de recursos, prestou, no segmento de previdência para Estados e Municípios, consultoria na estruturação ou reestruturação de regimes próprios com o objetivo de assegurar sua solvência no longo prazo.

Em 2006 a CAIXA firmou 158 contratos de consultoria na reestruturação das Previdências de 4 Estados e 154 Municípios, contribuindo para garantir o pagamento de benefícios previdenciários de 422 mil segurados, entre servidores ativos, inativos e pensionistas.

# Caixa Econômica Federal - CEF

## Relatório da administração

---

### Grupo CAIXA SEGUROS

A CAIXA coloca à disposição em sua rede de agências os produtos de seguros, previdência privada, capitalização e consórcio imobiliário do coligado Grupo Caixa Seguros, com vistas a ampliar o leque de produtos oferecidos e atender as necessidades de seus clientes.

Em 2006, foram comercializados 3,07 milhões de produtos, representando faturamento de R\$ 3,56 bilhões. O destaque foi o Consórcio Imobiliário, com crescimento de 7,01% na quantidade de quotas vendidas. Esse resultado elevou a participação da CAIXA Consórcios para 2º lugar no mercado.

Produtos	Quantidade em unidades/Valores em R\$ Mil			
	2005		2006	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Previdência Privada *	507.572	997.501	550.134	926.391
Capitalização	4.047.533	298.821	1.294.877	267.390
Seguros	1.595.772	179.772	1.184.246	261.943
Consórcio Imobiliário	37.530	1.861.612	40.161	2.074.936
Consórcio Auto **	-	-	982	25.719
	<b>6.188.407</b>	<b>3.337.706</b>	<b>3.070.400</b>	<b>3.556.379</b>

(\*) A quantidade em Previdência Privada refere-se ao estoque, o valor ao fluxo financeiro; (\*\*) Comercializado a partir de Janeiro de 2006.

### Administração de Cartões - Crédito e Débito

A CAIXA encerrou 2006 com 3,15 milhões de cartões de crédito, representando o crescimento de 24% em relação à 2005. Foram realizadas 70,42 milhões de transações, totalizando R\$ 5,64 bilhões. Em comparação com o mesmo período de 2005, a quantidade de transações e o volume financeiro movimentado foram 15,8% e 25,3% superiores, respectivamente.

Em 2006, a base de cartões de débito da CAIXA, bandeiras *MasterCard* Maestro e *VISA Electron* totalizou 38,47 milhões de cartões, um crescimento de 2,0% em relação à base existente em 2005. As transações e o volume financeiro movimentado cresceram 32,9% e 37,2%, respectivamente. Mantendo a posição da CAIXA como maior emissor mundial da bandeira *MasterCard* Maestro.

A CAIXA encerrou 2006 com 6.145 cartões BNDES comercializados e com a melhor taxa de ativação entre os emissores do produto, com 24,2% dos cartões emitidos sendo utilizados.

A CAIXA fechou o ano credenciando mais 14.500 estabelecimentos comerciais ao sistema *Visanet* e 19.000 ao sistema *Redecard*, atingindo a marca de 210 mil domicílios bancários.

# Caixa Econômica Federal - CEF

## Relatório da administração

---

### 8 Gestão de pessoas

A CAIXA contava, ao final de 2006, com o seguinte quadro de colaboradores:

Colaboradores	Quantidades em unidades	
	2005	2006
Empregados concursados	68.257	72.252
Estagiários	11.632	11.722
Prestadores de serviços	18.541	12.820
Adolescentes aprendizes	3.314	3.600
	<b>101.744</b>	<b>100.394</b>

O quadro adiante evidencia a prioridade conferida às ações de capacitação de seus colaboradores, em especial no que se refere às competências necessárias ao atendimento qualificado dos seus clientes.

Atividades	Quantidades em unidades	
	2005	2006
Cursos na Universidade Corporativa	286.129	233.371
Pós-Graduação Lato e Strictu Senso	311	212
Ensino superior	407	1.063
Workshops e seminários	13.639	31.373
	<b>300.486</b>	<b>266.019</b>

O Programa Saúde CAIXA tem 231.010 beneficiários, dentre empregados e seus dependentes.

A CAIXA recebeu o prêmio “Melhores Empresas para se trabalhar”, das Revistas EXAME e VOCÊ S/A - Editora Abril, na categoria do reconhecimento à Gestão de Pessoas.

Também, merecem destaque os seguintes projetos, relativos à gestão de pessoas, implementados em 2006, dentre outros: Curso de Integração realizado para mais de 6.000 empregados admitidos no ano de 2006; Implantação do sistema SIPON – Sistema de Ponto Integrado, vinculando o registro diário do SIPON ao acesso aos recursos computacionais da CAIXA; Convênio de cooperação assinado com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) para a contratação de quilombolas como Adolescentes Aprendizes; Implementação do Modelo de Gestão do Clima Organizacional da CAIXA; Programa Qualidade de Vida; Lançamento, divulgação e adesão do Novo Plano de Previdência da Fundação do Economistas Federais (FUNCEF); Programa de Reconhecimento e Valorização: homenagem aos empregados com mais de 25 anos de CAIXA e ação “Integração Gente da CAIXA”; Programa de Diversidade: disponibilização dos dados de equidade gênero e raça de todas as unidades da CAIXA e Conquista do selo Pró-equidade de gênero da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Lançamento do Programa Vida Futura, que tem como objetivo promover a gestão do conhecimento e a humanização dos relacionamentos internos nas situações que envolvam desligamento da empresa e/ou redirecionamento de carreira; Formação de Agentes em Comércio Exterior –

# Caixa Econômica Federal - CEF

## Relatório da administração

---

treinamento de empregados CAIXA, empresários e representantes de instituições voltadas para o comércio exterior, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC; Adoção de mecanismos para retenção de empregados com expertise na área de Tecnologia da Informação.

### 9 Administração de riscos

A CAIXA adotou como principais diretrizes de atuação em 2006: o retorno adequado ao risco, os processos eficazes e seguros e a governança corporativa.

Com a diretriz de participar em todo o processo de crédito, buscando oportunidades e assegurando o retorno, foram realizadas 81 milhões de avaliações, para concessões de crédito comercial e imobiliário, representando aumento de 73,8% em relação ao ano de 2005, equivalendo a aprovação de limites de R\$ 160,4 bilhões, número que demonstra a oportunidade de crescimento seguro de participação no mercado de crédito pela CAIXA.

Para assegurar o equilíbrio nas operações e prosseguir desempenhando sua missão de ampliar a oferta de crédito, inclusive para as classes mais carentes, a CAIXA acompanha os níveis de perda por produto, buscando estratificar seu monitoramento por segmentos e por regiões e, sempre que necessário, a Área de Risco intervém nos processos e na gestão.

Com relação ao crédito ao setor público, a CAIXA vem atendendo as demandas apresentadas, mantendo-se dentro dos limites legais estabelecidos e com margem líquida disponível para novas contratações.

Para um controle pleno da relação risco e retorno dos produtos e carteiras da CAIXA, novos indicadores de risco dos ativos e passivos foram implantados e a abrangência dessa gestão foi ampliada com a implantação do gerenciamento do risco de mercado para as carteiras do FGTS, aprimorando a governança e a transparência na administração desses recursos.

Considerando a necessidade de uma Estrutura de Capitais compatível com os desafios da CAIXA, foi instituída a Política de Riscos, que estabelece princípios e diretrizes de gestão para cada modalidade de risco, definindo regras e limites de exposição para os negócios e seus respectivos níveis de provisionamento.

Em atendimento à Resolução CMN nº 3.380/06, os riscos operacionais passaram a ser identificados por meio do mapeamento de processos críticos, com a adoção da metodologia de Gestão Integrada de Processos, aplicada inicialmente na área de gestão de recursos de terceiros. Os papéis das áreas envolvidas na gestão desse risco foram redefinidos conforme as novas exigências legais.

As perdas decorrentes do risco operacional foram evidenciadas após a aplicação do Inventário de Risco Operacional e, juntamente com suas causas, passaram a constar nos relatórios elaborados aos Comitês e Conselhos. Outra medida importante foi a revisão dos Planos de Continuidade de Negócios para a mesa de operações e para a área de controle de fundos de investimento, custódia e liquidação de títulos, o que afasta a possibilidade de quaisquer problemas que pudessem interromper as operações.

# Caixa Econômica Federal - CEF

## Relatório da administração

---

A CAIXA vem adotando as melhores práticas para a Gestão de Riscos e Negócios, sendo participante ativa no processo orientado pelo BACEN quanto à modernização do Sistema Financeiro e à adoção de padrões internacionais de Controle e Governança, convergindo para um bom índice de adequação de capital que, no período de JAN à NOV/06, oscilou entre 28,9% a 26,3%, superior, portanto, à exigência mínima de 8%, adotada internacionalmente, e ao índice de 11%, adotado no Brasil.

### 10 Governança e sustentabilidade corporativa

#### Estrutura de Governança

Encontram-se instaladas e atuando regularmente todas as instâncias instituídas pelo Estatuto da CAIXA, aprovado pelo Decreto 5.056 de 29/04/04 e disponível em [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br).

A orientação geral dos negócios da CAIXA é dada pelo Conselho de Administração.

As decisões estratégicas CAIXA são tomadas de forma colegiada, por meio do seu Conselho Diretor e sua execução é coordenada pela Diretoria Executiva. O acompanhamento e controle das ações da empresa são executados pelas seguintes instâncias: o Ministério da Fazenda, o Banco Central, o Departamento de Coordenação e Controle das Estatais, o Tribunal de Contas da União, a Controladoria Geral da União, o Ministério Público da União e, por intermédio de requerimentos e informações, o Congresso Nacional.

A CAIXA conta com comitês, comissões e conselhos que tomam decisões táticas, operacionais e administrativas: Comissão de Ética; Comissão de crédito; Comitê de Crédito e Renegociação da Matriz; Comitê de Auditoria; Comitê Estratégico de Captação e Aplicação; Comitê Estratégico de Administração de Fundos, Programas e Serviços Delegados pelo Governo Federal; Comitê Estratégico de Administração de Ativos de Terceiros; Comitê de compras e contratação; Comitê de Risco; Comitê de Prevenção Contra os Crimes de Lavagem de Dinheiro; Conselho de Segurança Empresarial; Conselhos Disciplinares; Comitê de classificação de risco de crédito de operações estruturadas da Matriz; Comitê de Responsabilidade Social Empresarial; e Conselho de usuários do SAÚDE CAIXA.

Para que possa cumprir seu papel de instrumento de políticas públicas e de alavancagem do crédito na economia, a CAIXA avança na implementação de consistente estrutura de Governança Corporativa, com a adoção de um conjunto de práticas que assegurem à Alta Administração a construção de um processo voltado para a sustentabilidade corporativa, propiciando uma gestão com responsabilidade social e geração de valor para a sociedade.

#### Sistema de Controles Internos

A ferramenta Roteiro Padrão (RP) foi aperfeiçoada, com simplificação de procedimentos e implementação de novos recursos. O RP efetua o controle e a gestão dos processos de lançamento, reposicionamento e retirada de produtos e serviços na Rede de Distribuição, implantação de soluções tecnológicas, de extinção/migração de unidades/atividades e publicação de normativos, visando à otimização dos resultados e minimização dos riscos.

# Caixa Econômica Federal - CEF

## Relatório da administração

---

### Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Em conformidade com a legislação vigente, as atividades de Prevenção Contra a Lavagem de Dinheiro foram executadas e cumpriram a contento seu objetivo de inviabilizar, inibir ou dificultar a utilização da CAIXA em processos dessa natureza.

Em 2006, merecem destaque as seguintes participações da CAIXA em eventos relativos à prevenção da corrupção e lavagem de dinheiro: Quarta edição da Estratégia Nacional de Combate à corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) e Fórum do Grupo de Ação Financeira da América do Sul contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFISUD), em parceria com a Federação Latino-Americana de Bancos (FELABAN).

## 11 Responsabilidade Social

### Política Ambiental

Em consonância com as diretrizes de responsabilidade social da empresa, a CAIXA implementou a Política Ambiental Corporativa para orientar negócios e processos internos, integrando as questões ambientais às práticas de gestão, atividades e decisões empresariais, atuando com o princípio da responsabilidade socio-ambiental.

A experiência e o posicionamento ambiental da CAIXA motivaram o desenvolvimento e a atração de novos negócios, como o Fundo de Compensação Ambiental, solução inovadora para viabilizar a gestão financeira e a execução, de forma ágil e transparente, dos recursos da compensação ambiental, que é hoje o principal mecanismo financeiro para investir nas unidades de conservação.

Em 2006, a CAIXA desenvolveu instrumentos e procedimentos para prevenção e gerenciamento de riscos ambientais em terrenos com risco de contaminação objeto de propostas para empreendimentos habitacionais.

Destaca-se ainda em 2006, a realização do curso "Responsabilidade Ambiental nos Negócios" pela Universidade CAIXA, que já capacitou 1.146 empregados que estarão mais bem preparados para o desempenho de suas atividades.

### Programa "Farmácia Popular do Brasil"

A CAIXA deu início em abril de 2006, a abertura das primeiras contas correntes para transferência dos valores aos estabelecimentos credenciados no programa, que busca ampliar o acesso da população de baixa renda aos medicamentos considerados essenciais.

O programa nasceu para garantir compras de medicamentos sem interrupção no tratamento por falta recursos. O "Farmácia Popular do Brasil" contribui para reduzir o impacto no orçamento familiar causado pela compra de remédios e, também, busca diminuir os gastos do Sistema único de Saúde - SUS com as internações que são provocadas pelo abandono do tratamento.

## **Caixa Econômica Federal - CEF**

### **Relatório da administração**

---

O programa prevê a subvenção do preço de um grupo de 12 medicamentos usados no tratamento da hipertensão e diabetes. Com essa medida, o governo federal vai permitir o atendimento de cerca de 3,5 milhões de novos pacientes, número estimado de pessoas que fazem o tratamento na rede privada.

Em 2006 foi recebido, em contas abertas na Caixa, o montante de R\$ 2,9 milhões.

#### **CAIXA Fome Zero**

O Projeto CAIXA Fome Zero, criado em 2003, reúne os esforços da instituição para participar da luta do governo e da sociedade no combate à fome e à pobreza, de forma a garantir aos brasileiros o pleno exercício da cidadania e de seus direitos.

A CAIXA foi a primeira instituição a receber a Certificação de Empresa Parceira do Programa Fome Zero, por suas ações de iniciativa própria e aquelas desenvolvidas em conjunto com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).

As iniciativas do Projeto CAIXA Fome Zero abrangem sete frentes de atuação:

- apoio ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza;
- garantia a documentação civil básica para população de baixa renda;
- garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes;
- apoio a salas de leitura e bibliotecas;
- assistência social;
- realização de Seminário CAIXA Nós Podemos,
- ações de inclusão social e geração de trabalho e renda para comunidades com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Outra iniciativa realizada pela CAIXA foi o lançamento, em março de 2003, do fundo de investimento do Fundo CAIXA FI Fome Zero, onde 50% da taxa de administração é doada ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. No ano, foram repassados R\$ 447,9 mil ao Fundo. Desde total, 56,82% foram doados pela CAIXA, por meio da comercialização do CAIXA FI Fome Zero.

Há três anos a CAIXA promove a ação institucional “Semana da Mulher”, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, emitindo CPF gratuito, com o intuito de garantir à população feminina de menor poder aquisitivo o acesso às políticas públicas do Governo Federal no âmbito do Programa Fome Zero, como o Programa Bolsa família, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), inclusão bancária e microcrédito. Em 2006, 239 mil mulheres foram beneficiadas com esta ação, registrando uma diminuição de 24% em relação à demanda do ano anterior. Esse comportamento é previsto, considerando que o público alvo da ação vai diminuindo à medida que há melhoria nos índices da população de baixa renda com acesso à documentação civil básica.

## **Caixa Econômica Federal - CEF**

### **Relatório da administração**

---

Outra ação desenvolvida é a parceira no Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde a CAIXA promove a emissão gratuita de CPF para as mulheres da zona rural.

Em junho de 2006, foi realizada a primeira edição da campanha “Aquecendo Corações”, com a finalidade de arrecadar agasalhos para as famílias de baixa renda. Foram arrecadadas 30 mil peças de roupas, cobertores, calçados, beneficiando 100 entidades e 9.690 pessoas carentes. A campanha mobilizou 437 voluntários em 52 Municípios de 17 Estados.

Neste ano, a campanha “Transforme Este Natal Você Também” beneficiou famílias e crianças carentes atendidas pelo Projeto CAIXA ODM, com distribuição de 46.868 itens, entre brinquedos, alimentos, vestuário, material escolar, calçados e outros, em 33 municípios de 16 estados (posição parcial).

A CAIXA, como empresa integrante do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, signatária do Pacto Global, promove, desde 2004, o Seminário CAIXA Nós Podemos, em comemoração a Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade. Essa iniciativa tem por objetivo mobilizar governos e sociedade para cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A CAIXA desenvolve o Projeto CAIXA ODM, como empresa de responsabilidade social que busca fomentar o desenvolvimento local e regional sustentável. Essa estratégia institucional tem abrangência nacional e tem como objetivo promover o desenvolvimento de projetos sociais de inclusão e geração de trabalho e renda, em municípios com menor IDH-M, comunidades de catadores de material reciclável, quilombolas, indígenas e comunidades de baixa renda.

### **Patrocínios Esportivos**

Em 2006, ressalta-se a renovação do contrato com a Confederação Brasileira de Atletismo (CBAAt) no valor de R\$ 9 milhões, pelo período de janeiro a dezembro de 2006. O atletismo agrega valores sociais importantes aos princípios que dão sustentação à imagem corporativa da CAIXA, fortalecendo sua atuação sócio-cultural, como fomentadora de cidadania e principal executora das políticas sociais do Governo Federal, uma vez que o esporte e o atletismo em particular, por seu inegável apelo popular, são importantes fatores de recuperação para jovens em situação de risco.

A CAIXA firmou patrocínio inédito à Confederação Brasileira de Ginástica (CBG), que compreende o período de maio de 2006 a julho de 2007, no valor de R\$ 1,8 milhão envolvendo as equipes masculina e feminina. O benefício social promovido pelo patrocínio é a continuidade do desenvolvimento da ginástica brasileira com vistas a contribuir para o fortalecimento da cultura no desenvolvimento social e econômico brasileiro, seja por meio de projetos de novos arranjos institucionais e financeiros, seja no suporte à implantação de programas e projetos da CBG.

## **Caixa Econômica Federal - CEF**

### **Relatório da administração**

---

Outros eventos esportivos patrocinados pela CAIXA: *Meeting* Gaúcho CAIXA de Atletismo; Grande Prêmio de Belém; GP Sul americano de Fortaleza; GP do Rio de Janeiro; Super 40 Corrida de Revezamento; XII Maratona Internacional de São Paulo; Circuito CAIXA de Maratoninha; Circuito de Corridas da Caixa; 3ª Volta do Lago CAIXA; Projeto Clube dos DescalsOS; Projeto Atletismo Londrina 2006; Patrocínio ao Comitê Paraolímpico Brasileiro; Mundial de Tênis em Cadeira de Rodas e Ginástica de Gala.

Em 2006, as Loterias CAIXA investiu R\$ 3,8 milhões no patrocínio ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, tornando possível a realização do Circuito Loterias CAIXA Brasil Paraolímpico em 4 etapas – nos estados de São Paulo, Pará, Ceará e Rio Grande do Sul – e do Programa Loterias CAIXA Atletas de Alto Nível, que possibilita, neste ano, a oferta atual de bolsas a 14 atletas. Também foram realizadas as etapas de Belém e Porto Alegre do Loterias CAIXA Circuito Brasil Paraolímpico de Atletismo e Natação.

### **Eventos**

No programa de divulgação e promoções culturais realizados com o patrocínio da CAIXA, em 2006, merece destaque o evento “Oi Noites Cariocas”, que teve a participação dos seguintes artistas: SKANK; Barão Vermelho; Kid Abelha; Paralamas do Sucesso; Rita Lee; Emerson Nogueira; Titãs; Vanessa da Mata; Capital Inicial e Los Hermanos.

### **Atuação Sociocultural e em Marketing**

Em 2006, a CAIXA consolidou sua estratégia de política estratégica de marketing, ratificando o apoio a projetos culturais em suas diversas manifestações e linguagens artísticas. Tais eventos, realizados nos seus espaços culturais localizados nas cidades de Brasília (DF), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Curitiba (PR), pertencem aos segmentos artes plásticas, fotografia, teatro e dança e foram escolhidos por meio de seleção pública.

Além dessa programação, a Caixa também patrocinou outros projetos e eventos realizados em espaços de terceiros, em diferentes localidades de norte a sul do País. Assim, procedeu-se a uma descentralização dos investimentos em cultura do Governo Federal, promovendo o acesso gratuito da população a eventos e projetos culturais de repercussão nacional, considerados de interesse e oportunidade, reafirmando-se como instituição voltada ao resgate, divulgação e apoio a produção artística nacional, com o acesso da população brasileira aos bens culturais, contribuindo para inclusão social e desenvolvimento do país.

### **Serviço de Atendimento a Clientes (SAC)**

Em 2006, a CAIXA recebeu 3.190 reclamações de clientes com origem no Banco Central - BACEN. O motivo mais reclamado pelos clientes e usuários foi solicitação de documentação ou informação não atendida, que apresentou um crescimento de 168,4% quando comparado a 2005.

No Procon, foram registradas 797 reclamações contra a CAIXA. Os motivos mais reclamados no Procon, durante o período em análise, foram: contestação de lançamentos e saques na conta poupança, contestação de lançamentos e saques na conta corrente e demora no estorno de compras do cartão de crédito.

## **Caixa Econômica Federal - CEF**

### **Relatório da administração**

---

Em 2006, a Ouvidoria Externa da CAIXA recebeu 210,2 mil ocorrências sobre produtos e serviços de seus clientes externos. Do total das manifestações, 93,2% corresponderam a reclamações, em seguida, aparecem os elogios e as sugestões, que equivaleram a 3,3% e 2,6% dos registros, respectivamente.

Em 2006, foram acolhidas 42,9 mil ocorrências na Ouvidoria Interna, representando a redução de 3,4% em relação a 2005.

Desde 1º de agosto de 2006, a central de atendimento da Ouvidoria migrou para a Central de Atendimento Integrado CAIXA (CEATI), que representará ganhos em termos de infra-estrutura e quantidade de operadores/supervisores para o atendimento do cliente externo. O tempo máximo de espera, por exemplo, é de 20 segundos para o atendimento.

#### **Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdícios (PROGED)**

Criado para proporcionar permanente adequação do nível de gastos administrativos da CAIXA à sua real capacidade de geração de receitas operacionais, o PROGED teve como meta, para 2006, possibilitar a racionalização de gastos e a eliminação de desperdícios no montante de R\$ 200 milhões. Em 2006, obteve-se uma economia de R\$ 512 milhões com ações e projetos desenvolvidos no âmbito do programa, o que corresponde a 256,49% da meta estipulada para o período.

Desde sua criação, o PROGED já registrou economia de R\$ 1,74 bilhão.

## **12 Tecnologia da informação**

### **Internalização de Loterias**

Em 2006, foi concluído o processo de internalização do Canal Lotérico, sendo finalizada a instalação de cerca de 22.900 terminais financeiros lotéricos em 8.870 Unidades Lotéricas. Foi atingida a marca de 268 milhões de transações de jogos e bancárias no mês de dezembro de 2006 no novo sistema de Loterias.

### **Inclusão digital**

O processo de doação dos computadores inservíveis da CAIXA insere-se na política de inclusão digital do Governo Federal. No processo de renovação de seu parque tecnológico, imprescindível fornecer o suporte adequado à atuação da empresa, foram doados 29.000 microcomputadores, com suíte de escritório e sistema operacional *software* livre.

### **Segurança da Informação**

Foi desenvolvido em parceria com a Presidência da República o programa de segurança da informação da CAIXA, com o objetivo de implantar uma cultura de segurança para assegurar o sigilo de informações e os interesses da empresa.

## **Caixa Econômica Federal - CEF**

### **Relatório da administração**

---

#### **13 Reconhecimentos**

Os resultados, ora relatados, espelham a postura profissional e compromisso dos empregados e demais colaboradores para com o cumprimento das diretrizes da empresa. Mais do que isso, são feitos da dedicação de quem acredita que o trabalho da CAIXA é uma alavanca para o desenvolvimento do País.

## **Parecer dos auditores independentes**

Aos Administradores e Acionistas  
Caixa Econômica Federal - CAIXA

- 1 Examinamos o balanço patrimonial da Caixa Econômica Federal – CAIXA em 31 de dezembro de 2006 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos do exercício findo nessa data e do segundo semestre de 2006, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis.
- 2 Exceto pelo assunto mencionado no parágrafo 3, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da instituição, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da instituição, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Conforme mencionado na Nota 21, a CAIXA é patrocinadora de plano de previdência caracterizado como benefício definido REG/REPLAN da Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF, que se encontra em fase de revisão e adequação a novos critérios e condições, inclusive com a adesão parcial dos participantes para um novo plano de contribuição definida, cuja conclusão ocorreu em 30 de novembro de 2006. Adicionalmente, a CAIXA constituiu, em 2002, plano de saúde denominado SAÚDE CAIXA, sobre o qual possui determinadas obrigações de acordo com as condições previstas no plano. Nesse contexto, a CAIXA ainda não realizou os estudos e cálculos previstos na norma contábil NPC 26, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, que determina critérios específicos para apuração dos custos para proporcionar benefícios a empregados de entidades patrocinadoras de planos de previdência na modalidade benefício definido, bem

## Caixa Econômica Federal - CAIXA

como de planos de saúde. Portanto, não foi praticável nas circunstâncias concluirmos sobre os reflexos nas demonstrações contábeis da CAIXA advindos da aplicação dessa norma.

- 4 Somos de parecer que, exceto pelos eventuais ajustes que poderiam advir do assunto mencionado no parágrafo 3, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal – CAIXA em 31 de dezembro de 2006, e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos do exercício findo nessa data e do semestre findo em 31 de dezembro de 2006, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 5 Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa e de informações de natureza social e ambiental que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Caixa Econômica Federal – CAIXA, não são requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 6 Conforme descrito na Nota 18 (a) em 31 de dezembro de 2006, a CAIXA possuía R\$ 8.820 milhões (2005 – R\$ 8.458 milhões) de créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças intertemporais e contribuição social a compensar, e provisão para realização desses créditos de R\$ 7.517 milhões (2005 – R\$ 7.067 milhões). O valor líquido de R\$ 1.303 milhões (2005 – R\$ 1.391 milhões), registrado no ativo, refere-se a estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos exercícios sociais. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está condicionado à geração de lucros tributáveis e pode variar da atual estimativa da administração.
- 7 Conforme mencionado na Nota 1, a condução da gestão econômico-financeira da CAIXA é considerada no conjunto das decisões do Governo Federal. Nesse contexto, conforme mencionado na Nota 6, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante de R\$ 25.424 milhões (2005 – R\$ 23.674 milhões). Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não

## Caixa Econômica Federal - CAIXA

homologados, montam R\$ 7.795 milhões (2005 – 7.143 R\$ milhões) e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no montante de R\$ 3.427 milhões (2005 – R\$ 3.281 milhões). A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante líquido de R\$ 16.909 milhões (2005 – R\$ 15.695 milhões) está condicionada ao processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000.

- 8 Conforme mencionado na Nota 20 (c), a CAIXA foi atuada pela Receita Federal no montante de R\$ 11.093 milhões (2005 – R\$ 10.714 milhões), sob o argumento de insuficiência no recolhimento e compensações indevidas do PIS/PASEP, sobre o qual registrou provisão de R\$ 645 milhões (2005 – R\$ 621 milhões). Também, foi atuada pela Fiscalização do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, no montante total de R\$ 1.182 milhões (2005 – R\$ 1.218 milhões), sob a alegação de falta de recolhimento de contribuição previdenciária sobre determinados pagamentos efetuados aos seus empregados, tendo sido constituída provisão de R\$ 222 milhões (2005 – 217 milhões). Com base em estudo realizado e na opinião de seus consultores jurídicos e tributários, a CAIXA entende não ser necessária constituição de provisão adicional para contingências relacionadas a esses assuntos.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

- 9 As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer datado de 10 de fevereiro de 2006, sem ressalvas, apresentando parágrafos de ênfase sobre: (i) a realização de créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante de R\$ 23.674 milhões; (ii) a realização e manutenção de créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social no montante líquido de R\$ 1.391 milhões condicionados à geração de lucros tributários futuros; (iii) a autuação do INSS sob a alegação de falta de recolhimento de contribuição previdenciária sobre determinados pagamentos efetuados aos seus empregados, e sobre a autuação da Receita Federal sob o argumento de insuficiência de recolhimento de PIS/PASEP.

Brasília, 9 de fevereiro de 2007

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 “F” DF

Paulo Sergio Miron  
Contador CRC 1SP173647/O-5 “S” DF

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Balço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
<b>Circulante</b>	<b>115.654.857</b>	<b>95.024.739</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>1.715.323</b>	<b>935.710</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)</b>	<b>16.865.765</b>	<b>9.738.005</b>
Aplicações no Mercado Aberto	16.865.765	9.738.005
<b>títulos e val. Móbil. e instrum. Financ. derivativos (Nota 5)</b>	<b>50.392.080</b>	<b>42.234.271</b>
Carteira Própria	34.396.405	23.832.496
Vinculados a Compromissos de Recompra	15.980.000	18.336.622
Vinculados a Prestação de Garantias	80	2.802
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5(f))	15.595	62.351
<b>Relações interfinanceiras</b>	<b>21.956.203</b>	<b>19.514.402</b>
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	57.047	56.274
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central Nota 6(a)	21.838.495	19.434.853
Correspondentes	60.661	23.275
<b>Relações interdependências</b>	<b>73.399</b>	<b>108.955</b>
Recursos em Trânsito de Terceiros	69	664
Transferências Internas de Recursos	73.330	108.291
<b>Operações de crédito (nota 7)</b>	<b>16.427.809</b>	<b>14.890.552</b>
Emprést. Títulos Descont. e Financiamentos	13.382.772	12.384.652
Financiamentos Imobiliários	5.235.415	4.201.115
Provisão para Operações de Créditos (Nota 7(f))	(2.190.378)	(1.695.215)
<b>Outros créditos</b>	<b>7.251.478</b>	<b>6.579.008</b>
Créditos por avais e fianças honrados	14.556	9.812
Carteira de Câmbio	21	7.814
Rendas a Receber (Nota 8(a))	684.004	894.462
Negociação e intermediação de valores		236
Créditos Específicos	88.085	77.951
Diversos (Nota 8(b))	6.540.956	5.626.092
Provisão para outros créditos (Nota 8(c))	(76.144)	(37.359)
<b>Outros valores e bens (nota 9)</b>	<b>972.800</b>	<b>1.023.836</b>
Outros Valores e Bens	1.198.044	1.157.061
Provisões para Desvalorizações	(287.116)	(268.611)
Despesas Antecipadas	61.872	135.386

## Caixa Econômica Federal - CEF

**Balço patrimonial**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
 (Em milhares de reais)

(continuação)

	<b>2006</b>	<b>2005</b>
<b>Não circulante</b>	<b>93.877.979</b>	<b>93.652.922</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>91.469.735</b>	<b>91.406.679</b>
<b>Titulos e Val. Móbil. e Instrum. Financ. Derivativos (Nota 5)</b>	<b>43.288.446</b>	<b>51.226.237</b>
Carteira Própria	32.412.120	44.828.737
Vinculados a Compromissos de Recompra	8.485.506	4.266.644
Vinculados a Prestação de Garantias	555.904	435.523
Vinculados ao Banco Central	1.834.916	1.695.333
<b>Relações interfinanceiras</b>	<b>21.534.404</b>	<b>19.720.891</b>
SFH - Sistema Financeiro da Habitação Nota 6(b)	21.534.404	19.720.891
<b>Operações de crédito (nota 7)</b>	<b>24.792.144</b>	<b>18.532.234</b>
Emprést. Títulos Desc. e financiamentos	3.637.236	2.956.993
Financiamentos Imobiliários	20.877.252	16.006.679
Financ. de Infra-estrutura e Desenvolvimento	2.555.977	1.645.936
Provisão para Operações de Créditos (Nota 7(f))	(2.278.321)	(2.077.374)
<b>Outros créditos</b>	<b>1.854.741</b>	<b>1.894.093</b>
Rendas a Receber (Nota 8(a))	444.995	331.761
Diversos (Nota 8(b))	1.985.596	2.158.218
Provisão para outros créditos (Nota 8(c))	(575.850)	(595.886)
<b>Outros valores e bens (nota 9)</b>		<b>33.224</b>
Despesas Antecipadas		33.224
<b>Permanente</b>	<b>2.408.244</b>	<b>2.246.243</b>
<b>Investimentos</b>	<b>542.151</b>	<b>527.497</b>
Participações em Coligadas e Controladas	498.781	484.119
- No país (Nota 10 (a))	485.915	464.377
- No exterior	12.866	19.742
Outros Investimentos	54.451	54.456
Provisão para Perdas	(11.081)	(11.078)
<b>Imobilizado de uso (Nota 10(b))</b>	<b>1.569.675</b>	<b>1.475.561</b>
Imóveis de Uso	186.790	209.510
Reavaliações de Imóveis de Uso	831.549	574.859
Outras Imobilizações de Uso	2.005.786	1.995.103
Depreciações Acumuladas	(1.454.450)	(1.303.911)
<b>Diferido (Nota 10(c))</b>	<b>296.418</b>	<b>243.185</b>
Gastos de Organização e Expansão	663.716	976.957
Amortizações Acumuladas	(367.298)	(733.772)
<b>Total</b>	<b>209.532.836</b>	<b>188.677.661</b>

## Caixa Econômica Federal - CEF

**Balanco patrimonial**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
 (Em milhares de reais)

(continuação)

Passivo	2006	2005
<b>Circulante</b>	<b>172.138.233</b>	<b>155.386.161</b>
<b>Depósitos (Nota 11)</b>	<b>121.312.645</b>	<b>106.842.851</b>
Depósitos a Vista	8.638.277	6.937.756
Depósitos de Poupança	60.062.653	53.280.825
Depósitos Interfinanceiros		26.073
Depósitos a Prazo	42.113.230	38.679.569
Depósitos Especiais e de Fundos e Programas (Nota 11(b))	10.344.427	7.881.303
Outros depósitos	154.058	37.325
<b>Captações no mercado aberto (Nota 11)</b>	<b>33.612.046</b>	<b>32.312.027</b>
Carteira Própria	24.466.291	22.574.022
Carteira de Terceiros	9.145.755	7.003
Carteira Livre de movimentação		9.731.002
<b>Recursos de aceites e emissões de títulos</b>	<b>177.646</b>	<b>1.124.878</b>
Recursos de Letras Hipotecárias (Nota 12)		925.686
Recursos de Letras de Crédito Imobiliário	177.646	199.192
<b>Relações interfinanceiras</b>	<b>62.693</b>	<b>51.298</b>
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	62.692	51.272
Correspondentes	1	26
<b>Relações interdependências</b>	<b>467.140</b>	<b>471.735</b>
Recursos em Trânsito de Terceiros	425.305	388.518
Transferências Internas de Recursos	41.835	83.217
<b>Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5(f))</b>	<b>6.580</b>	<b>157.426</b>
Operações de SWAP	6.580	157.426
<b>Outras obrigações (Nota 15)</b>	<b>16.499.483</b>	<b>14.425.946</b>
Cobrança e Arrecadações de Tributos e Assemelhados	145.323	116.766
Carteira de Câmbio	4.412	7.814
Sociais e estatutárias	1.644.200	736.994
Fiscais e Previdenciárias (Nota 15(a))	1.668.633	1.575.016
Negociação e Intermediação de Valores	9.595	4.140
Recursos para Destinação Específica: (Nota 15(b))		
Obrigações de Operações com Loterias	358.467	348.081
Obrigações por Fundos e Programas Sociais	1.601.383	1.461.499
Obrigações por Fundos Financ. e de Desenvolvimento	1.716.086	1.333.887
Diversas (Nota 15(c))	9.351.384	8.841.749

## Caixa Econômica Federal - CEF

**Balanco patrimonial**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
(Em milhares de reais)

(continuação)

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<b>Não circulante</b>	<b>37.394.603</b>	<b>33.291.500</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>28.212.133</b>	<b>25.339.558</b>
<b>Depósitos (nota 11)</b>	<b>77.847</b>	<b>56.737</b>
Depósitos a Prazo	77.847	56.737
<b>Recursos de aceites e emissões de títulos</b>	<b>6.624.052</b>	<b>8.869.613</b>
Recursos de Letras Hipotecárias (Nota 12)	759.385	5.153.131
Recursos de Letras de Crédito Imobiliário	5.864.667	3.716.482
<b>Obrigações por empréstimos (nota 13)</b>	<b>22.888</b>	<b>29.661</b>
Empréstimos no Exterior	22.888	29.661
<b>Obrigações por repas. Do país - instit. Oficiais ( nota 14)</b>	<b>17.046.780</b>	<b>12.399.241</b>
TESOURO NACIONAL	496.919	505.529
BNDES	611.841	538.196
FGTS	15.601.949	11.105.749
Outras	336.071	249.767
<b>Outras obrigações (nota 15)</b>	<b>4.440.566</b>	<b>3.984.306</b>
Fiscais e Previdenciárias (Nota 15(a))	202.564	127.645
Diversas (Nota 15(c))	438.933	357.080
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 15(d))	3.799.069	3.499.581
<b>Patrimônio líquido (nota 16)</b>	<b>9.182.470</b>	<b>7.951.942</b>
Capital de domiciliados no país	6.556.161	5.917.080
Reservas de reavaliação	623.548	389.599
Reservas de lucros	541.852	416.666
Ajuste ao valor de mercado-TVM e derivativos	107.182	76.469
Lucros acumulados	1.353.727	1.152.128
<b>Total</b>	<b>209.532.836</b>	<b>188.677.661</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Caixa Econômica Federal - CEF

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre de 2006	2006	2005
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>14.186.498</b>	<b>27.979.525</b>	<b>26.012.847</b>
Operações de Crédito	4.663.123	8.922.263	7.497.183
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.623.913	15.399.127	15.099.675
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(308.471)	(392.569)	(239.895)
Resultado de Câmbio	5.794	18.125	7.393
Resultado das Aplicações Compulsórias	2.202.139	4.032.579	3.648.491
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(8.505.789)</b>	<b>(16.871.942)</b>	<b>(16.086.193)</b>
Operações de Captação no Mercado	(6.991.343)	(14.142.137)	(13.822.924)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(878.341)	(1.592.898)	(1.283.229)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7(f))	(636.105)	(1.136.907)	(980.040)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>5.680.709</b>	<b>11.107.583</b>	<b>9.926.654</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>	<b>(4.025.946)</b>	<b>(7.973.799)</b>	<b>(6.845.236)</b>
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 19(a))	2.848.707	5.594.725	5.166.384
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	135.131	177.917	140.300
Despesas de Pessoal (Nota 19(b))	(3.199.292)	(6.244.151)	(5.584.780)
Outras Despesas Administrativas (Nota 19(b))	(2.328.750)	(4.477.935)	(4.155.057)
Despesas Tributárias	(564.888)	(1.094.712)	(942.152)
Outras Receitas Operacionais (Nota 19(c))	1.113.126	2.490.349	3.339.147
Outras Despesas Operacionais (Nota 19(c))	(2.029.980)	(4.419.992)	(4.809.078)
<b>Resultado operacional</b>	<b>1.654.763</b>	<b>3.133.784</b>	<b>3.081.418</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>(98.153)</b>	<b>(95.435)</b>	<b>(29.650)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>1.556.610</b>	<b>3.038.349</b>	<b>3.051.768</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social (Nota 18(b))</b>	<b>(177.368)</b>	<b>(234.850)</b>	<b>(762.176)</b>
Despesa de Imposto de Renda	(88.524)	(117.097)	(386.941)
Despesa de Contribuição Social	(23.126)	(30.275)	(100.242)
Ativo Fiscal Diferido	(65.718)	(87.478)	(274.993)
<b>Participações dos empregados no lucro (Nota 19(h))</b>	<b>(337.030)</b>	<b>(417.309)</b>	<b>(216.576)</b>
<b>Lucro líquido do semestre/ exercício</b>	<b>1.042.212</b>	<b>2.386.190</b>	<b>2.073.016</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de reais)

Eventos	Capital	Reservas de capital	Reserva de Reavaliação	Reservas de lucros legal e outras	Ajuste valor de mercado	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 30 de junho de 2006</b>	<b>5.917.080</b>		<b>383.853</b>	<b>513.748</b>	<b>55.651</b>	<b>1.485.066</b>	<b>8.355.398</b>
Ajustes ao valor de mercado-tvm e derivativos					51.531		51.531
Aumento de capital	639.081			(86.953)		(552.128)	
Encargos tributários s/reavaliação			(77.880)				(77.880)
Recolhimento de tributos s/reserva de reavaliação			(1.108)				(1.108)
Reserva de reav em coligadas/controladas			(76)				(76)
Realização de reserva			(6.131)			6.131	
Constituição de reserva sobre reavaliação			324.890				324.890
Dividendos antecipados						293.376	293.376
Lucro líquido no semestre						1.042.212	1.042.212
Dividendos distribuidos de exercícios anteriores						(286.163)	(286.163)
Destinações do lucro líquido: (nota 16)							
Reserva legal				52.111		(52.111)	
Reserva de loterias				62.946		(62.946)	
Juros sobre o capital próprio						(268.786)	(268.786)
Dividendos						(250.924)	(250.924)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>6.556.161</b>		<b>623.548</b>	<b>541.852</b>	<b>107.182</b>	<b>1.353.727</b>	<b>9.182.470</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>5.917.080</b>		<b>389.599</b>	<b>416.666</b>	<b>76.469</b>	<b>1.152.128</b>	<b>7.951.942</b>
Ajustes ao valor de mercado-tvm e derivativos					30.713		30.713
Aumento de capital	639.081			(86.953)		(552.128)	
Encargos tributários s/reavaliação			(74.919)				(74.919)
Recolhimento de tributos s/reserva de reavaliação			(1.108)			(2.974)	(4.082)
Reserva de reav em coligadas/controladas			(76)				(76)
Realização de reserva			(14.838)			14.838	
Constituição de reserva sobre reavaliação			324.890				324.890
Lucro líquido no exercício						2.386.190	2.386.190
Dividendos distribuidos de exercícios anteriores						(286.163)	(286.163)
Destinações do lucro líquido: (nota 16)							
Reserva legal				119.310		(119.310)	
Reserva de loterias				92.829		(92.829)	
Juros sobre o capital próprio						(589.901)	(589.901)
Dividendos						(556.124)	(556.124)

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

(continuação)

Eventos	Capital	Reservas de capital	Reserva de Reavaliação	Reservas de lucros legal e outras	Ajuste valor de mercado	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>6.556.161</b>		<b>623.548</b>	<b>541.852</b>	<b>107.182</b>	<b>1.353.727</b>	<b>9.182.470</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2004</b>	<b>5.083.532</b>	<b>10</b>	<b>400.778</b>	<b>302.732</b>	<b>130.548</b>	<b>746.040</b>	<b>6.663.640</b>
Ajustes ao valor de mercado-tvm e derivativos					(54.079)		(54.079)
Aumento de capital	833.548	(10)		(87.498)		(746.040)	
Reversão de reservas			512				512
Encargos tributários s/reavaliação			5.951				5.951
Reserva de reav em coligadas/controladas			(104)				(104)
Realização de reserva			(17.538)			17.538	
Lucro líquido no exercício						2.073.016	2.073.016
Destinações do lucro líquido: (nota 16)							
Reserva legal				114.479		(114.479)	
Reserva de loterias				86.953		(86.953)	
Juros sobre o capital próprio						(598.684)	(598.684)
Dividendos						(138.310)	(138.310)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>5.917.080</b>		<b>389.599</b>	<b>416.666</b>	<b>76.469</b>	<b>1.152.128</b>	<b>7.951.942</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Demonstração das origens e aplicações de recursos

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	<b>Segundo semestre de</b>		
	<b>2006</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
<b><u>Origens de recursos</u></b>	<b><u>14.173.495</u></b>	<b><u>26.054.068</u></b>	<b><u>43.994.108</u></b>
<b>Lucro do período</b>	<b><u>1.029.066</u></b>	<b><u>2.558.243</u></b>	<b><u>2.362.710</u></b>
Lucro líquido do semestre/exercício	1.042.212	2.386.190	2.073.016
Depreciações e Amortizações	121.985	349.970	429.994
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(135.131)	(177.917)	(140.300)
<b>Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos</b>	<b><u>51.531</u></b>	<b><u>30.713</u></b>	
<b>Recursos originários de:</b>	<b><u>12.854.853</u></b>	<b><u>23.117.421</u></b>	<b><u>41.433.543</u></b>
Aumento dos subgrupos do Passivo	<u>12.797.474</u>	<u>22.979.612</u>	<u>41.397.052</u>
Depósitos	9.425.375	14.490.904	15.126.894
Captações no Mercado Aberto		1.300.019	18.261.249
Relações Interfinanceiras		11.395	
Relações Interdependências	270.475		61.475
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	2.090.763	4.647.539	972.788
Instrumentos Financeiros e Derivativos			85.490
Outras Obrigações	1.010.861	2.529.755	6.889.156
Diminuição dos subgrupos do Ativo	<u>57.379</u>	<u>137.809</u>	<u>36.491</u>
Relações Interfinanceiras		53.549	
Relações Interdependências			36.491
Outros Valores e Bens	57.379	84.260	
<b>Alienação de bens e investimentos:</b>	<b><u>238.045</u></b>	<b><u>347.691</u></b>	<b><u>197.855</u></b>
Investimentos	119.224	163.174	13.172
Imobilizado	118.821	184.517	184.683
<b><u>Aplicações de recursos</u></b>	<b><u>13.710.643</u></b>	<b><u>25.274.455</u></b>	<b><u>43.758.955</u></b>
<b>Ajustes ao valor de mercado - tvn e derivativos</b>			<b>54.079</b>
<b>Inversões em:</b>	<b><u>161.460</u></b>	<b><u>258.090</u></b>	<b><u>267.130</u></b>
Imobilizado	161.460	258.090	267.130
<b>Aplicações no diferido</b>	<b><u>120.972</u></b>	<b><u>177.800</u></b>	<b><u>112.930</u></b>

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Demonstração das origens e aplicações de recursos

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

(continuação)

	Segundo semestre de		
	2006	2006	2005
<b>Recursos aplicados em:</b>	<b>12.622.338</b>	<b>23.406.377</b>	<b>42.587.822</b>
Aumento dos subgrupos do Ativo	9.272.004	20.051.370	40.793.570
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.564.335	7.127.760	5.488.020
Títulos e Valores Mobiliários	1.885.072	220.018	20.626.638
Relações Interfinanceiras	2.068.209	4.255.314	5.041.158
Relações Interdependências	17.993	17.993	
Operações de Crédito	3.621.854	7.797.167	7.859.056
Outros Créditos	114.541	633.118	1.611.409
Outros Valores e Bens			167.289
Diminuição dos subgrupos do Passivo	3.350.334	3.355.007	1.794.252
Captações no Mercado Aberto	2.333.346		
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	401.297	3.192.793	1.766.851
Relações Interfinanceiras	524.239		17.799
Relações Interdependências		4.595	
Obrigações por Empréstimos	2.381	6.773	9.602
Instrumentos Financeiros e Derivativos	89.071	150.846	
<b>Dividendos de exercícios anteriores</b>	<b>286.163</b>	<b>286.163</b>	
<b>Dividendos propostos</b>	<b>250.924</b>	<b>556.124</b>	<b>138.310</b>
<b>Juros sobre o capital próprio</b>	<b>268.786</b>	<b>589.901</b>	<b>598.684</b>
<b>Aumento das disponibilidades</b>	<b>462.852</b>	<b>779.613</b>	<b>235.153</b>
<b><u>Modificações nas disponibilidades</u></b>			
<b>Início do Período</b>	<b>1.252.471</b>	<b>935.710</b>	<b>700.557</b>
<b>Fim do Período</b>	<b>1.715.323</b>	<b>1.715.323</b>	<b>935.710</b>
<b>Aumento das disponibilidades</b>	<b>462.852</b>	<b>779.613</b>	<b>235.153</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# **Caixa Econômica Federal - CEF**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações**

### **Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

#### **1 Contexto operacional**

A CAIXA é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). O capital da CAIXA pertence integralmente à União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da Empresa se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

#### **Áreas de atuação**

A CAIXA está autorizada a atuar em atividades relativas a crédito imobiliário, saneamento básico, infra-estrutura urbana, bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos e de programas, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, possuindo contabilidade própria, sendo suas operações apresentadas em demonstrações contábeis segregadas.

#### **2 Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

A classificação entre ativo e passivo circulante e não circulante é realizada de acordo com a Lei das S.A considerando o prazo de 360 dias.

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

### 3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis estão assim resumidas:

#### (a) Apuração do resultado

Apurado pelo regime de competência de exercícios.

#### (b) Ativos circulante e não circulante

Demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos e, quando aplicável, ajustado pelo valor de mercado ou de realização.

**Títulos e valores mobiliários** - O Banco Central do Brasil (BACEN), por meio da Circular nº 3.068/01, estabeleceu um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários que são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados freqüentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda: títulos e valores mobiliários que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos", líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

- Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Os rendimentos dos títulos, independente da categoria em que são classificados, são registrados em conta de resultado.

**Instrumentos Financeiros Derivativos** - De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações realizadas pela CAIXA, envolvendo derivativos, visam a atender às necessidades próprias e de seus clientes e, também, a reduzir os riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A Administração desses riscos é efetuada pela definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles internos e determinação de limites das posições. As exposições a serem protegidas são classificadas como *hedge* de acordo com a sua natureza:

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

- *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos Instrumentos Financeiros Derivativos relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

- *Hedge* de fluxo de caixa - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é ajustada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos, quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado.

Quando o instrumento financeiro derivativo for contratado em negociação associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/02, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor de mercado do derivativo.

**Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações de crédito são classificadas observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso		Classificação do cliente
Prazo normal	Prazo especial (i)	
• de 15 a 30 dias	• de 30 a 60 dias	B
• de 31 a 60 dias	• de 61 a 120 dias	C
• de 61 a 90 dias	• de 121 a 180 dias	D
• de 91 a 120 dias	• de 181 a 240 dias	E
• de 121 a 150 dias	• de 241 a 300 dias	F
• de 151 a 180 dias	• de 301 a 360 dias	G
• superior a 180 dias	• superior a 360 dias	H

(i) Os prazos compreendem as operações com vencimento superior a 36 meses, conforme Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 60º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 61º dia em rendas a apropriar.

As operações em atraso, classificadas como nível “H”, permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. Para as operações com prazo especial, a baixa para prejuízo ocorre após passados dois anos.

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

#### (c) Crédito tributário

O imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias são registrados como créditos tributários, e provisionados de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

#### (d) Permanente

##### Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, coligadas e equiparadas às sociedades coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial acrescido de ágio ou deduzidos de deságio, quando aplicável.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

##### Imobilizado

Apresentado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- . Reavaliações de imóveis efetuadas em dezembro de 2006 (a cada quatro anos);
- . Provisões para desvalorizações de outros investimentos, quando aplicável;
- . A depreciação do imobilizado é computada pelo método linear, a taxas anuais que consideram as estimativas de vida útil econômica dos bens, sendo imóveis de uso - 4%; equipamentos - 10%; veículos - 20%; e outros bens de uso - 10% a 20%; e

##### Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear às taxas no prazo de até cinco anos.

#### (e) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias "pro rata" dia e cambiais incorridos.

A contribuição ao PASEP foi calculada à alíquota de 0,65%, e a contribuição à COFINS foi apurada à alíquota de 4%, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A provisão para Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10%, a título de adicional, conforme limite estabelecido em Lei. A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi constituída à alíquota de 9%, incidindo sobre o lucro líquido ajustado antes do imposto de renda.

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### (f) Ativos e passivos contingentes

(i) Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Passivos contingentes – são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA.

#### 4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<b>Posição bancada</b>		
Letras Financeiras do Tesouro	587.736	
Letras do Tesouro Nacional	4.936.080	
Notas do Tesouro Nacional	2.696.192	
	<u>8.220.008</u>	
<b>Posição financiada</b>		
Letras Financeiras do Tesouro	546.347	7.003
Letras do Tesouro Nacional	7.375.437	9.731.002
Notas do Tesouro Nacional	723.973	
	<u>8.645.757</u>	<u>9.738.005</u>
	<u>16.865.765</u>	<u>9.738.005</u>

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### 5 Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

##### (a) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

<b>Categoria</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Títulos para negociação	35.283.633	32.705.446
Títulos disponíveis para venda	4.104.301	6.413.474
Títulos mantidos até o vencimento	54.276.997	54.279.237
Instrumentos Financeiros Derivativos	15.595	62.351
	<b>93.680.526</b>	<b>93.460.508</b>

##### (b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

	<b>2006</b>	<b>2005</b>
<b>CARTEIRA PRÓPRIA</b>	<b>66.808.525</b>	<b>68.661.233</b>
<b>Títulos de renda fixa</b>	<b>66.420.162</b>	<b>68.296.257</b>
Letras Financeiras do Tesouro	31.027.492	40.625.619
Letras do Tesouro Nacional	18.537.008	16.694.927
Notas do Tesouro Nacional	11.455.649	6.057.281
Notas do Banco Central		72.891
Certificado Financeiro do Tesouro	57.371	52.642
Créditos securitizados - CVS	5.226.635	4.726.984
Outros títulos	116.007	65.913
<b>Cotas de fundos de investimentos - FND</b>	<b>376.982</b>	<b>348.687</b>
<b>Cotas de fundo de renda variável - Fundo Imobiliário</b>	<b>11.381</b>	<b>16.289</b>
<b>TÍTULOS VINCULADOS</b>	<b>26.856.406</b>	<b>24.736.924</b>
<b>A operações compromissadas</b>	<b>24.465.506</b>	<b>22.603.266</b>
Letras Financeiras do Tesouro	23.589.961	22.603.266
Letras do Tesouro Nacional	875.545	
<b>Ao Banco Central</b>	<b>1.834.916</b>	<b>1.695.333</b>
Notas do Tesouro Nacional	1.834.916	1.695.333
<b>A prestação de garantias</b>	<b>555.984</b>	<b>438.325</b>
Notas do Tesouro Nacional	442.500	438.325
Letras Financeiras do Tesouro	113.484	
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS</b>	<b>15.595</b>	<b>62.351</b>
	<b>93.680.526</b>	<b>93.460.508</b>

# Caixa Econômica Federal - CEF

## Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (c) Classificação consolidada por categorias e prazos

Títulos	Até 1 ano	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 Anos	Valor contábil	Valor de custo atualizado	Valor de mercado
<b>TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>	<b>11.306.139</b>	<b>18.290.307</b>	<b>4.040.270</b>	<b>1.646.917</b>	<b>35.283.633</b>	<b>34.604.500</b>	<b>35.283.633</b>
Letras Financeiras do Tesouro	1.966.100	7.101.566			9.067.666	9.012.018	9.067.666
Letras do Tesouro Nacional	9.194.374	10.218.179			19.412.553	19.056.585	19.412.553
Notas do Tesouro Nacional	145.665	970.562	4.040.270	1.630.414	6.786.911	6.519.954	6.786.911
Debêntures Petrobras				5.123	5.123	4.563	5.123
Cotas de Fundo de Renda Variável - Fundo Imobiliário				11.380	11.380	11.380	11.380
<b>TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA</b>	<b>1.423.555</b>	<b>885.817</b>	<b>430.639</b>	<b>1.364.290</b>	<b>4.104.301</b>	<b>3.942.039</b>	<b>4.104.301</b>
Letras Financeiras do Tesouro	1.422.377	292.539		337.639	2.052.555	2.026.747	2.052.555
Notas do Tesouro Nacional		593.278	430.639	482.593	1.506.510	1.370.606	1.506.510
CFT				57.371	57.371	63.607	57.371
TDA	17			223	240	204	240
Debêntures Petrobras				109.482	109.482	102.726	109.482
Títulos estaduais	1.161				1.161	1.167	1.161
Cotas de Fundos de Investimentos - FND				376.982	376.982	376.982	376.982
<b>TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO</b>	<b>13.669.297</b>	<b>31.732.414</b>	<b>3.642.687</b>	<b>5.232.599</b>	<b>54.276.997</b>	<b>54.276.997</b>	<b>53.835.431</b>
Letras Financeiras do Tesouro	11.909.708	28.058.323	3.642.687		43.610.718	43.610.718	43.852.831
Notas do Tesouro Nacional	1.759.589	3.674.091		5.964	5.439.644	5.439.644	5.611.869
CVS				5.226.635	5.226.635	5.226.635	4.370.731
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS</b>	<b>15.595</b>				<b>15.595</b>	<b>15.595</b>	<b>15.595</b>
<b>Total - 2006</b>	<b>26.414.586</b>	<b>50.908.538</b>	<b>8.113.596</b>	<b>8.243.806</b>	<b>93.680.526</b>	<b>92.839.131</b>	<b>93.238.960</b>
<b>Total - 2005</b>	<b>22.266.006</b>	<b>48.674.650</b>	<b>16.562.878</b>	<b>5.956.974</b>	<b>93.460.508</b>	<b>93.070.536</b>	<b>91.791.276</b>

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os títulos CVS referentes a contratos de novação de dívida do FCVS, cujo prazo de vencimento é em 2027, são remunerados com base na variação da TR mais juros anuais de até 6,17%. Tendo por base a Medida Provisória nº 2.196-3 de 24 de agosto de 2001, a União está autorizada a permutá-los por outros títulos de emissão do Tesouro Nacional ao valor de face atualizado. Ciente de que a permuta, quando necessária, será realizada e considerando a capacidade financeira da CAIXA, a Administração decidiu classificar os referidos títulos na categoria mantidos até o vencimento.

#### (d) Efeitos do ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários no exercício

Títulos disponíveis para venda	Saldo anterior	Ajuste positivo	Ajuste negativo	Ajuste líquido no patrimônio	Saldo no patrimônio
Letras Financeiras do Tesouro	62.251		36.442	(36.442)	25.809
Notas do Tesouro Nacional	53.819	82.280		82.280	136.099
Notas do Banco Central	1.614	2.954	4.568	(1.614)	
Debêntures Petrobras	5.507	1.249		1.249	6.756
Títulos estaduais	(79)	73		73	(6)
Títulos da Dívida Agrária	19	17		17	36
CFT	(8.698)	2.418		2.418	(6.280)
CVS	1.433		1.433	(1.433)	
Ajustes originados de coligadas	(2)		10	(10)	(12)
<b>Tributos sobre o valor de mercado</b>	<b>(39.395)</b>		<b>15.825</b>	<b>(15.825)</b>	<b>(55.220)</b>
	<b>76.469</b>	<b>88.991</b>	<b>58.278</b>	<b>30.713</b>	<b>107.182</b>

Os títulos com variação cambial e os Instrumentos Financeiros Derivativos de *swap* a eles vinculados, classificados na categoria II - Títulos disponíveis para venda, em decorrência de suas características de *hedge* de risco de mercado tiveram, seus ajustes a valor de mercado lançados como despesa no resultado do exercício, no montante de R\$ 544.

#### (e) Instrumentos Financeiros Derivativos

A CAIXA utiliza-se de Instrumentos Financeiros Derivativos, classificando as posições próprias de contratos futuros negociados na BM&F em "Destinadas a *Hedge*" de Risco de Mercado, mantendo posição em contratos futuros de DI de um dia, visando à proteção da oscilação de preços das posições próprias de Títulos Públicos Federais prefixados, garantindo a rentabilidade das operações.

DERIVATIVOS	2006	2005
<b>Contratos futuros (DI)</b>	<b>9.594</b>	<b>4.140</b>
Compromissos de compra	9.594	4.140

O instrumento derivativo *swap* é utilizado para proteção às posições próprias de Títulos Públicos Federais indexados à variação cambial contra riscos de oscilação de preços e flutuações cambiais.

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

As estratégias de *hedge* das posições patrimoniais estão em consonância com as análises macroeconômicas.

Conforme a Circular nº 3.082/02 do Banco Central, as operações da CAIXA com Instrumentos Financeiros Derivativos estão enquadradas como “*Hedge* de Risco de Mercado”.

As últimas posições de contratos - instrumentos de *hedge* existentes durante o exercício, venceram em outubro de 2006.

A margem de garantia de operações com Instrumentos Financeiros Derivativos requerida em 31 de dezembro de 2006 perfaz o montante de R\$ 555.904, representada por Notas do Tesouro Nacional e Letras Financeiras do Tesouro com vencimento em 16 de dezembro de 2009.

Os principais riscos inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos são os de crédito, de mercado e operacional, todos similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros.

O risco de mercado é a probabilidade de perdas causadas pelo impacto de flutuações de preços, índices ou taxas (juros, câmbio, ações, *commodities* e preços) sobre os instrumentos financeiros que compõem o patrimônio de uma empresa (aumento no passivo, diminuição do ativo).

O risco de crédito é a probabilidade de perdas decorrentes de inadimplemento da contraparte de quaisquer instrumentos financeiros, que estejam registradas no ativo de uma empresa, gerando falta de recebimento de outra parte. É o risco de perda em razão das mudanças na capacidade da contraparte em cumprir as obrigações contratuais com o credor. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada por causa dos ajustes diários em dinheiro. Os contratos de *swap*, registrados na Cetip e na BM&F, estão sujeitos a risco de crédito no caso de a contraparte não ter capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em “*swap*” em 31 de dezembro de 2006 é de R\$ 197.330 (2005 - R\$ 348.371).

Risco Operacional é a possibilidade de perdas decorrentes de falhas ou inadequação de sistemas, de processos operacionais, de pessoas ou de eventos externos à CAIXA; inclui o risco legal e exclui os riscos estratégico e de reputação.

A metodologia de avaliação e mensuração do valor de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos utiliza como parâmetro o valor líquido provável de realização obtido mediante a utilização de curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, divulgados pela BM&F, pela ANDIMA e pelo Banco Central do Brasil.

O modelo de mensuração do valor de mercado tem como premissa a construção de curvas de taxas de juros para cada fator de risco identificado, utilizando os preços de negócios ou ofertas firmes de um instrumento financeiro ou preços de mercado de um instrumento financeiro derivado de algum modelo ou processamento independente tendo como fontes de informação: 1. Preços públicos ou preços disponíveis abertos a todas as instituições; e/ou 2. Preços decorrentes de coletas privadas.

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

As posições desses derivativos, que se referem a contratos de *swap*, têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes, em contas patrimoniais. O valor referencial dessas operações é de R\$ 10.977.448 (2005 - R\$ 21.378.843). O diferencial a pagar nessa data monta a R\$ 6.580 (2005 - R\$ 157.426) e o diferencial a receber, a R\$ 15.595 (2005 - R\$ 62.351).

#### (f) Títulos mantidos até o vencimento

A resolução nº 3.181 de 29 de março de 2004 expedida pelo Banco Central estabelece em seu Art. 1º que, as operações de alienação de Títulos Públicos Federais classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, simultaneamente à aquisição de novos títulos da mesma natureza, com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao dos títulos alienados, não descaracterizam a intenção da instituição financeira quando da classificação dos mesmos na referida categoria.

De acordo com o Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública de 2007 é notória a estratégia do Tesouro Nacional em alongar os prazos médios dos Títulos Públicos Federais e de substituir os “títulos remunerados pela taxa SELIC e pela variação cambial por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços”.

A CAIXA adotou como estratégia a utilização da “rolagem” de Títulos Públicos Federais, neste caso houve a troca de títulos NTN-B com vencimento em 2007 por NTN-B com vencimento em 2009, com o objetivo de descentralizar o volume de vencimentos a ocorrer durante o ano de 2007 e conseqüentemente alongar o perfil de vencimento.

Montante dos TPF Mantidos até o vencimento alienados em janeiro de 2007					
Evento	Título	Vencimento	Quantidade	Preço Unitário	Valor Final
Venda secundário	NTN-B	15/05/07	1.101.476	1.638,97157686	1.805.288
Compra secundário	NTN-B	15/05/09	1.140.568	1.582,79769078	1.805.288
Quantidade total alienada		1.101.476	Valor total alienado		1.805.288
Quantidade total adquirida		1.140.568	Valor total adquirido		1.805.288

## 6 Relações interfinanceiras - Créditos vinculados

- (a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista.

	2006	2005
Sobre depósitos à vista	2.251.770	2.063.558
Sobre depósitos de poupança	11.860.069	10.567.175
Exigibilidade adicional	7.726.656	6.804.120
	<b>21.838.495</b>	<b>19.434.853</b>

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

- (b) A rubrica "Sistema Financeiro da Habitação - SFH" inclui preponderantemente os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, no montante de R\$ 25.423.825, e provisões, de R\$ 4.146.788, conforme demonstrativo a seguir, que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

Com base nas mesmas considerações pelas quais os títulos CVS estão registrados na carteira de títulos na categoria mantidos até o vencimento e, conseqüentemente, estão avaliados ao valor de custo atualizado, nenhuma provisão foi constituída para trazer esses créditos ao valor de mercado (vide Nota Explicativa nº 5(c)).

<b>Situação dos contratos</b>	<b>Saldo</b>	<b>Provisão</b>
Não habilitados (i)	2.379.164	(643.435)
Habilitados e não homologados (ii)	5.416.187	(2.783.379)
Habilitados e homologados (iii)	17.628.474	(719.974)
<b>Total – 2006</b>	<b>25.423.825</b>	<b>(4.146.788)</b>
<b>Total – 2005</b>	<b>23.673.958</b>	<b>(4.117.196)</b>

(i) Representa os contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, por estarem em processo de habilitação na CAIXA.

(ii) Representa os contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte da CAIXA e/ou do FCVS para homologação final do FCVS.

(iii) Os créditos habilitados e homologados representam os contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/00, para a sua realização.

A provisão para créditos junto ao FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

## 7 Carteira de crédito

### (a) Composição das carteiras de crédito por tipo de operação

Descrição	2006	2005
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	17.020.008	15.341.645
Financiamentos imobiliários	26.112.667	20.207.794
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	2.555.977	1.645.936
Outros créditos	1.574.965	1.358.033
	<b>47.263.617</b>	<b>38.553.408</b>

### (b) Composição por setor de atividade das operações de crédito

Descrição	2006	%	2005	%
<b>SETOR PÚBLICO FEDERAL</b>				
Governo - Administração direta e indireta	1.046.462	2,21	1.012.720	2,63
Atividades empresariais	4.799	0,01	2.136	0,01
Indústria	577		311	
Comércio	2.863	0,01	1.263	0,01
Outros serviços	1.359		562	
	<b>1.051.261</b>	<b>2,22</b>	<b>1.014.856</b>	<b>2,64</b>
<b>SETOR PÚBLICO ESTADUAL</b>				
Governo - Administração direta e indireta	1.087.656	2,30	776.021	2,01
Atividades empresariais	842.466	1,78	508.903	1,32
Indústria	823.686	1,74	486.889	1,27
Intermediários financeiros	13.802	0,03	13.107	0,03
Outros serviços	4.978	0,01	8.907	0,02
	<b>1.930.122</b>	<b>4,08</b>	<b>1.284.924</b>	<b>3,33</b>
<b>SETOR PÚBLICO MUNICIPAL</b>				
Governo - Administração direta e indireta	315.374	0,67	193.828	0,50
Atividades empresariais	67.199	0,14	49.528	0,13
Indústria	65.069	0,14	48.475	0,13
Outros serviços	2.130		1.053	
	<b>382.573</b>	<b>0,81</b>	<b>243.356</b>	<b>0,63</b>
<b>SETOR PRIVADO</b>				
Rural	7.682	0,02	6.373	0,02
Indústria	651.507	1,38	474.149	1,23
Comércio	1.528.736	3,23	1.167.534	3,03
Intermediários financeiros	303.218	0,64	303.165	0,79
Outros serviços	6.031.668	12,76	5.260.465	13,64
Pessoas físicas	10.341.574	21,88	9.609.806	24,93
Habitação - PF/PJ	25.035.276	52,98	19.188.780	49,76
	<b>43.899.661</b>	<b>92,89</b>	<b>36.010.272</b>	<b>93,40</b>
	<b>47.263.617</b>	<b>100,00</b>	<b>38.553.408</b>	<b>100,00</b>

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### (c) Concentração dos principais devedores

	<u>2006</u>	<u>% da carteira</u>	<u>2005</u>	<u>% da carteira</u>
Principal devedor (1)	691.555	1,46	689.580	1,79
10 maiores devedores	2.897.352	6,13	2.215.411	5,74
20 maiores devedores	3.650.860	7,72	2.666.058	6,91
50 maiores devedores	4.350.721	9,21	3.097.758	8,03
100 maiores devedores	4.628.709	9,79	3.317.740	8,60

(1) Refere-se a financiamentos ao setor público de contratos de refinanciamento de dívidas do Governo Federal, realizados com base na Lei nº 8.727/93, sendo a União responsável pela sua liquidação. A Medida Provisória nº 2.181-45 (anteriormente Medida Provisória nº 2.103-42), de 24 de agosto de 2001, autorizou a União a antecipar a liquidação desses contratos. Sobre esses contratos incidem juros anuais de até 12%, mais atualização de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR). Essas operações de refinanciamento estão garantidas pelo Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

#### (d) Composição das operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito por faixa de vencimento

	<u>Setor público</u>	<u>Setor privado</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
<b>Curto prazo</b>				
De 0 a 90 dias		6.871.267	6.871.267	5.876.214
De 91 a 360 dias		9.565.695	9.565.695	9.057.993
		<b>16.436.962</b>	<b>16.436.962</b>	<b>14.934.207</b>
<b>Longo prazo</b>				
De 1 ano até 3 anos	511.270	13.927.270	14.438.540	11.704.032
De 3 anos até 5 anos	544.841	7.079.711	7.624.552	5.795.556
De 5 anos até 15 anos	825.164	3.765.227	4.590.391	3.917.148
Mais de 15 anos	1.482.681	506.930	1.989.611	550.184
	<b>3.363.956</b>	<b>25.279.138</b>	<b>28.643.094</b>	<b>21.966.920</b>
<b>Total normal</b>	<b>3.363.956</b>	<b>41.716.100</b>	<b>45.080.056</b>	<b>36.901.127</b>
<b>Total vencido</b>		<b>2.183.561</b>	<b>2.183.561</b>	<b>1.652.281</b>
<b>Total geral</b>	<b>3.363.956</b>	<b>43.899.661</b>	<b>47.263.617</b>	<b>38.553.408</b>

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(e) **Classificação por modalidade e níveis de risco das operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito**

Nível de risco	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos Imobiliários, de Infra-estrutura e desenvolvimento	Outros créditos	Total em 2006	%	Total em 2005	%
AA	772.724	692.370	889.139	333	2.354.566	4,98	2.095.593	5,44
A	6.718.225	1.168.819	12.571.356	125.946	20.584.346	43,55	15.150.104	39,30
B	1.881.696	753.612	4.286.356	553.543	7.475.207	15,82	5.506.410	14,28
C	1.729.313	175.417	7.067.910	105.656	9.078.296	19,21	6.451.119	16,73
D	901.988	147.498	1.419.786	379.418	2.848.690	6,03	5.123.043	13,29
E	245.266	88.190	242.983	59.657	636.096	1,35	847.859	2,20
F	130.108	72.454	152.485	10.241	365.288	0,77	418.117	1,08
G	306.360	62.785	132.017	1.117	502.279	1,06	324.272	0,84
H	748.874	424.309	1.906.612	339.054	3.418.849	7,23	2.636.891	6,84
	<b>13.434.554</b>	<b>3.585.454</b>	<b>28.668.644</b>	<b>1.574.965</b>	<b>47.263.617</b>	<b>100,00</b>	<b>38.553.408</b>	<b>100,00</b>

(f) **Composição da provisão para operações de crédito por níveis de risco e outros créditos com característica de concessão de crédito**

Nível/ Percentual de risco	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos Imobiliários, de Infra-estrutura e desenvolvimento	Outros créditos	Total em 2006	%	Total em 2005	%
A - 0,5	33.591	5.844	62.856	629	102.920	2,11	75.751	1,82
B - 1,0	18.816	7.536	42.862	5.535	74.749	1,53	55.064	1,32
C - 3,0	51.879	5.262	212.036	3.169	272.346	5,58	193.534	4,65
D - 10,0	90.174	14.749	142.038	37.924	284.885	5,84	512.304	12,30
E - 30,0	73.579	26.456	72.894	17.897	190.826	3,91	254.358	6,11
F - 50,0	65.054	36.226	76.242	5.120	182.642	3,74	209.058	5,02
G - 70,0	214.452	43.949	92.411	781	351.593	7,21	226.990	5,45
H - 100,0	748.874	424.309	1.906.610	339.054	3.418.847	70,08	2.636.891	63,33
	<b>1.296.419</b>	<b>564.331</b>	<b>2.607.949</b>	<b>410.109</b>	<b>4.878.808</b>	<b>100,00</b>	<b>4.163.950</b>	<b>100,00</b>

(g) **Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito**

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Saldo inicial - Dezembro de 2005/2004	4.163.950	3.836.656
Constituições/reversões no exercício	1.136.907	980.040
Transferência/Reversão para prejuízo no exercício	(422.049)	(652.746)
	<u><b>4.878.808</b></u>	<u><b>4.163.950</b></u>

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### (h) Créditos renegociados, lançados a prejuízo e recuperados

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Valor das operações renegociadas no exercício	1.290.401	1.064.730
Valor das operações lançadas a prejuízo e recuperadas no exercício	404.673	591.262

#### 8 Outros créditos

##### (a) Rendas a receber

A rubrica “Rendas a receber” refere-se a valores a receber por conta da prestação de serviços.

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Dividendos e JCP a receber do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	444.995	331.761
FGTS	154.962	148.732
Seguro-desemprego	46.967	55.493
Orçamento Geral da União	209.027	180.887
INSS	50.392	77.860
Cadastro Social	36.997	141.733
Bolsa-família	14.566	89.441
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)	28.715	28.481
Programa Bolsa-escola	9.843	9.838
PIS	33.100	87.413
FIES	35.095	37.494
Outros	64.340	37.090
	<u>1.128.999</u>	<u>1.226.223</u>

##### (b) Diversos

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Adiantamentos	302.354	613.009
Créditos tributários (Nota Explicativa nº 18)	1.303.421	1.390.900
Devedores por depósitos em garantia	2.804.022	2.065.125
Impostos e contribuições a compensar	96.043	88.264
Pagamentos a ressarcir	23.472	29.916
Participações pagas antecipadamente (Nota 16 (e))	999.389	565.413
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.560.410	1.348.221
Devedores para a compra de valores e bens	16.444	24.475
Títulos e créditos a receber	1.543.966	1.323.745
Valores a receber – BAMERINDUS (iii)	302.941	302.941
Cartão de crédito	987.875	763.311
Governo do Estado da Bahia - EMBASA (ii)	250.340	254.684
Outros títulos e créditos a receber	2.810	2.810
Outros créditos sem características de concessão de crédito	918.364	538.732
Títulos e créditos a receber	918.364	538.732
Governo do Estado de Pernambuco - COMPESA (i)	241.885	241.885

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de reais)

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Cartão de crédito	25.652	48.049
Fundo de provisionamento - VISANET	35.897	
PAMS e Saúde CAIXA (vi)	614.930	248.798
Devedores diversos	714.543	1.343.257
Valores a apropriar – Empréstimos e financiamentos (iv)	413.948	1.024.447
Seguros a receber	132.031	140.193
Outros devedores	53.541	76.105
Créditos adquiridos	115.023	102.512
Provisão para perdas - Diversos (v)	<u>(195.466)</u>	<u>(198.527)</u>
	<u><b>8.526.552</b></u>	<u><b>7.784.310</b></u>

- (i) Refere-se à antecipação de recursos de privatização ao Governo do Estado de Pernambuco (COMPESA), os quais se encontram totalmente provisionados.
- (ii) Refere-se a contrato de confissão de dívida do Governo do Estado da Bahia (EMBASA), com distrato da promessa de compra e venda de ações ocasionando a reclassificação da operação, de “Outros créditos sem característica de concessão de crédito” para “Outros créditos com característica de concessão de crédito”.
- (iii) Referem-se a créditos com a Massa Falida do Bamerindus, originados preponderantemente pela aquisição de créditos imobiliários, os quais se encontram totalmente provisionados.
- (iv) Referem-se principalmente a valores registrados a débito de financiamentos imobiliários, não classificados pelo Sistema de Controle de Financiamentos (SIACI), em fase de identificação para apropriação aos correspondentes contratos. Esses valores estão correlacionados a registros credores de mesma natureza indicados na Nota Explicativa nº 15(c).
- (v) Refere-se principalmente à provisão para perda líquida definitiva e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.
- (vi) Refere-se a valores pagos pela CAIXA aos credenciados do Plano de saúde da CAIXA (SAÚDE CAIXA), em virtude da discussão sobre os critérios de classificação e da implantação de um novo sistema específico para controle deste plano.

#### (c) **Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa**

De acordo com a Carta-Circular BACEN nº 3.048/02, os títulos e créditos a receber estão classificados como “com característica de concessão de crédito” - R\$ 410.109 (2005 - R\$ 391.360) e “sem característica de concessão de crédito”, R\$ 241.885 (2005 - R\$ 241.885).

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<b>Provisão com característica de operação de crédito</b>		
Cartão de crédito	79.324	45.993
EMBASA	25.034	25.468
BAMERINDUS	302.941	302.941
UNIMAR	2.810	2.863
Devedores		14.095
	<u>410.109</u>	<u>391.360</u>
<b>Provisão sem característica de operação de crédito</b>		
COMPESA	241.885	241.885
	<u>241.885</u>	<u>241.885</u>
	<u>651.994</u>	<u>633.245</u>

## 9 Outros valores e bens

- (i) Os bens não de uso referem-se, principalmente, aos imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA. A provisão para a desvalorização desses imóveis é constituída com base em laudo de avaliação elaborado por empresas especializadas.
- (ii) O montante relativo a “Despesas antecipadas” - R\$ 61.872 (2005 - R\$ 168.610), refere-se principalmente a ágio na aquisição de créditos consignados do INSS no valor de R\$ 28.075 (2005 - R\$ 115.235), amortizado com base no prazo de vencimento dos créditos adquiridos em até 35 meses e R\$ 33.224 (2005 - R\$ 53.158) de propaganda e publicidade dos jogos Pan-Americanos de 2007.

## 10 Ativo permanente

### (a) Investimentos

As participações em sociedades coligadas são substancialmente formadas pela CAIXA SEGUROS S.A. e são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As principais informações sobre a investida e o investimento posicionado em 31 de dezembro de 2006 estão apresentadas como segue:

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

<b>Investida</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Patrimônio líquido (A)	1.138.615	1.137.845
Capital social	400.000	360.000
Aumento de capital em aprovação	200.000	40.000
Quantidade de ações (B)	16.930.108	16.930.108
Retenção de lucros	271.733	361.367
Reserva de reavaliação/retenção de lucros	247	406
Ganhos e perdas não realizados com TVM	(24)	(5)
Reserva de ágio	130.630	174.539
Lucro líquido no período	136.029	389.293
Valor patrimonial da ação (A/B)- R\$	67,25	67,21
<b>Investimento</b>		
Quantidade de ações possuídas	8.161.426	8.161.426
Participação societária (%)	48,20658	48,20658
Valor contábil do investimento	485.915	464.377
Resultado da equivalência	184.425	97.154
Dividendos propostos	163.201	42.106
Juros sobre o capital próprio recebidos	43.265	45.796
<b>Total de participações em coligadas</b>	<b>485.915</b>	<b>464.377</b>

#### (b) Imobilizado de uso

	<b>2006</b>			<b>2005</b>
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Valor residual</b>	<b>Valor residual</b>
Imóveis de uso	1.018.339	(7.077)	1.011.262	707.095
- Edificações	116.186	(1.520)	114.666	118.554
- Reavaliação de edificações	601.332	(5.557)	595.775	375.425
- Terrenos	70.604		70.604	71.494
- Reavaliação de terrenos	230.217		230.217	141.622
Imobilizações em curso	3.463		3.463	168.044
Instalações, móveis e equipamento de uso	419.155	(265.231)	153.924	189.501
Sistema de comunicação	54.878	(39.144)	15.734	16.777
Sistema de processamento de dados	1.441.905	(1.100.516)	341.389	345.057
Sistema de transporte e segurança	86.385	(42.482)	43.903	49.087
	<b>3.024.125</b>	<b>(1.454.450)</b>	<b>1.569.675</b>	<b>1.475.561</b>

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 2.824/98, a CAIXA adota o procedimento de reavaliar os imóveis de uso. Assim, seguindo as regras da referida circular, em dezembro de 2006 foi realizada a reavaliação dos seus imóveis de uso, anteriormente reavaliados em dezembro de 2002, gerando um aumento de R\$ 330.447 no ativo permanente e de R\$ 248.217 no patrimônio líquido deduzido da provisão de tributos.

#### (c) Diferido

	2006	2005
Gastos em imóveis de terceiros	260.358	239.261
Gastos com projetos logiciais	291.701	622.128
Benfeitorias em imóveis próprios	111.657	115.568
Amortizações acumuladas	(367.298)	(733.772)
	<b>296.418</b>	<b>243.185</b>

#### (d) Enquadramento no índice de imobilização

O índice de imobilização situa-se em 19,75%, estando a CAIXA enquadrada na forma definida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.669/99, a qual estabelece o limite de 50% a partir de 31 de dezembro de 2002.

## 11 Depósitos e captações no mercado aberto

(a) Os depósitos a prazo incluem os judiciais no montante de R\$ 28.065.249 (2005 - R\$ 26.028.036), os quais são remunerados com base na Taxa Referencial (TR) e incluem também as aplicações em CDB FLEX, no montante de R\$ 12.245.768, que apesar de possuírem vencimento acima de 360 dias, os mesmos estão classificados como sem vencimento pois possuem a opção de resgate antecipado. Para os depósitos judiciais, nos âmbitos trabalhista e estadual, incidem, ainda, juros de 6% ao ano. Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

Depósitos	2006					2005
	À vista	A prazo	Poupança	Outros	Total	Total
<b>Curto prazo</b>	<b>8.638.277</b>	<b>42.113.230</b>	<b>60.062.653</b>	<b>154.058</b>	<b>110.968.218</b>	<b>98.961.548</b>
Sem vencimento	8.638.277	40.311.018	60.062.653	154.058	109.166.006	96.974.087
De 31 a 90 dias		1.341.412			1.341.412	1.213.263
De 91 a 360 dias		460.800			460.800	774.198
<b>Longo prazo</b>		<b>77.847</b>			<b>77.847</b>	<b>56.737</b>
	<b>8.638.277</b>	<b>42.191.077</b>	<b>60.062.653</b>	<b>154.058</b>	<b>111.046.065</b>	<b>99.018.285</b>

As captações no mercado aberto no montante de R\$ 33.612.046 (2005 - R\$ 32.312.027), estão garantidas por títulos do governo federal, tendo suas operações realizadas no curto prazo.

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(b) Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de outros fundos e programas. Os depósitos do FGTS são atualizados pela taxa SELIC, conforme Resoluções nºs 279 e 295 do Conselho Curador do FGTS, de 17 de fevereiro e de 26 de agosto de 1998. Os depósitos especiais que possuem remuneração (FAS, FISANE e PRODEC) são atualizados pela TR. Os depósitos do PIS são atualizados com base em taxa, calculada pelo BACEN:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Depósitos - FGTS	4.772.664	3.684.633
Depósitos - Especiais com remuneração	810.163	844.646
Depósitos - FAS	8.382	2.766
Depósitos - FAT (1)	3.680.569	2.666.893
Depósitos - FISANE	251.860	221.953
Depósitos - PRODEC	31.590	29.176
Depósitos - PIS	89.891	73.004
Depósitos - FIEL	43.374	39.992
Saúde CAIXA	557.970	230.885
Outros	97.964	87.355
	<u><b>10.344.427</b></u>	<u><b>7.881.303</b></u>

(1) Dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) 74,48% estão destinados para o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) no montante de R\$ 2.741.105, 21,95% para Habitação no montante de R\$ 807.940 e 3,57% para Outras Linhas de Crédito (Inclusão Digital e BCD – Bens de Consumo Duráveis e Infra-estrutura) no montante de R\$ 131.524. Os recursos livres para aplicação, atualizados com base na taxa SELIC, no montante de R\$ 760.949, corresponde a 20,67% do total de recursos. Os saldos de recursos aplicados no montante de R\$ 2.919.620 equivalentes a 79,33% do total de recursos, são atualizados pela TJLP.

## 12 Recursos de letras hipotecárias e de letras de crédito imobiliário

Papel	Indexador	Prazo mínimo de resgate				Saldo em 2006	Saldo em 2005
		3 meses	12 meses	3 anos	5 anos		
LH	IGPM			8.750	387.740	396.490	1.070.467
LH	INPC				8.624	8.624	223.306
LH	TR			169.926	184.456	354.382	4.785.044
LCI	IGPM	4.055	1.845	24.214	11.864	41.978	124.726
LCI	INPC	12.873	88.567		28.286	129.726	164.643
LCI	TR	4.806	65.500	5.800.192		5.870.498	3.626.305
		<b>21.734</b>	<b>155.912</b>	<b>6.003.082</b>	<b>620.970</b>	<b>6.801.698</b>	<b>9.994.491</b>

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

Captados por meio de letras hipotecárias e letras de crédito imobiliário, sobre as quais incidem encargos financeiros equivalentes à Taxa Referencial (TR), IGP-M ou INPC.

As emissões em TR são acrescidas de juros médios de 7,6% (incluindo todas as operações originais com e sem *swap*, ponderadas pelo saldo atualizado), e têm prazo mínimo de resgate de três meses.

As emissões em IGP-M e INPC são acrescidas de juros médios de 10,81% e 10,94% ao ano, respectivamente, e têm prazo mínimo de resgate de três meses.

As emissões de LCIs indexadas ao IGP-M e INPC são acrescidas de juros médios de 10,92% e 10,82% ao ano, respectivamente, e têm prazo mínimo de resgate de três meses.

#### 13 Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 5,32% ao ano e a variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente, a dólares norte-americanos, com vencimentos até 2013.

#### 14 Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

Compostas, substancialmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infra-estrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitas à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 15 anos.

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
FGTS	15.601.949	11.105.749
BNDES	611.841	538.196
UNIÃO	24.008	22.376
PIS	493.736	483.153
INCRA	216.732	190.931
PRODEC	15.801	15.473
Outras instituições	82.713	43.363
	<u>17.046.780</u>	<u>12.399.241</u>

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### 15 Outras obrigações

##### (a) Fiscais e previdenciárias

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	61.908	123.654
Imposto de renda		23.787
Contribuição social		2.281
COFINS	53.955	84.120
PASEP	7.953	13.466
Impostos e contribuições a recolher	165.069	254.622
Sobre salários	156.665	153.883
Sobre serviços	8.325	100.616
Outros	79	123
Impostos e contribuições diferidos	488.784	240.922
IR sobre reserva de reavaliação - Edificações	148.944	93.856
CS sobre reserva de reavaliação - Edificações	53.620	33.788
IR sobre ajustes ao valor mercado - Títulos disponíveis para venda	40.604	28.967
CS sobre ajustes ao valor mercado - Títulos disponíveis para venda	14.617	10.428
IR sobre ajustes ao valor mercado - Títulos para negociação	169.852	54.326
CS sobre ajustes ao valor mercado - Títulos para negociação	61.147	19.557
Provisão para riscos fiscais (Nota nº 20 (c))	1.155.436	1.083.463
PASEP	644.666	621.097
INSS	222.347	216.975
ISS	218.353	204.344
Outros	70.070	41.047
	<u><b>1.871.197</b></u>	<u><b>1.702.661</b></u>

##### (b) Recursos para destinação específica

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Obrigações de operações com loterias	358.467	348.081
Obrigações por fundos e programas sociais	1.601.383	1.461.499
FGTS	840.789	526.350
FISANE	20.065	28.624
Bolsa-escola	2.257	93.408
Auxílio-gás	6.663	92.910
Bolsa-alimentação	1.036	23.768
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	341.446	308.756
Bolsa-família	270.654	309.245
Bolsa-renda	15.326	13.288
Outros fundos e programas	103.147	65.150
Obrigações por fundos financeiros de desenvolvimento	1.716.086	1.333.887
PIS	1.418.126	1.267.952
Outros	297.960	65.935
	<u><b>3.675.936</b></u>	<u><b>3.143.467</b></u>

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### (c) Diversas

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Obrigações por contribuições ao SFH	19.081	17.996
Obrigações por convênios oficiais	60.371	32.523
Provisão para pagamentos a efetuar	1.014.603	934.755
Despesas de pessoal	804.622	761.405
FUNCEF (Nota nº 21 (a))	1.297	79.232
Outras despesas administrativas	5.728	3.923
Outros pagamentos	202.956	90.195
Provisão para passivos contingentes	4.442.786	3.863.895
PREVHAB - Reservas técnicas (2)	438.933	357.080
Provisão para contingências (Nota nº 20 (a))	4.003.853	3.506.815
Trabalhistas	1.375.150	1.399.536
Ações judiciais	2.255.811	1.796.922
Outras	372.892	310.357
Benefício pós-emprego (1)	688.194	661.318
Crédito imobiliário	135.891	
Recursos vinculados a operações de crédito (3)	55.454	120.927
Recursos do FGTS para amortizações	1.681	1.841
Subscrições de capital a integralizar		1.309
Credores diversos - Exterior	514	318
Credores diversos - País	3.371.742	3.563.947
FGTS - Valores a devolver	71.890	
Cartões de crédito	1.050.603	821.042
Contas a pagar	195.271	582.781
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (4)	303.879	360.034
Créditos adquiridos	441.408	426.093
Valores a apropriar - Empréstimos e financiamentos (Nota nº 8 (b)(iv))	610.996	1.185.502
Outros credores diversos	697.695	188.495
	<u>9.790.317</u>	<u>9.198.829</u>

#### (1) Benefício pós-emprego

Em função de acordos judiciais efetuados para pagamento de auxílio-alimentação a empregados aposentados, foi provisionado no ano de 2005 e complementado no exercício de 2006, como benefício pós-emprego, o valor de R\$ 688.194.

#### (2) PREVHAB - Reservas técnicas

A CAIXA, por força da extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH), determinada pelo Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, assumiu os empregados do extinto Banco, os quais tinham vinculação de Previdência Complementar com a Associação de Previdência dos Empregados do Banco Nacional da Habitação (PREVHAB).

## **Caixa Econômica Federal - CEF**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações**

#### **Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado**

---

Em cumprimento ao referido Decreto-Lei, em setembro de 1997, foi deflagrado um processo de adesão voluntária dos associados ativos da PREVHAB à Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF) e dos associados aposentados e pensionistas para um Plano de Benefícios Especial e Exclusivo no âmbito da SASSE - Cia. Nacional de Seguros Gerais S.A., atual CAIXA SEGUROS S.A.

Dos 4.758 associados ativos da PREVHAB, 4.571 (96%) firmaram termos de adesão e de cessão de direitos sobre reservas previdenciárias, formalmente aceitos pela CAIXA, na condição de patrocinadora, e pela FUNCEF, na condição de entidade fechada de previdência privada, observando-se o regime de direitos e obrigações, especificado em Instrumento Particular de Contrato de Assunção de Obrigações e Outras Avenças entre a CAIXA e a FUNCEF, com interveniência da PREVHAB. As reservas matemáticas da PREVHAB relativas aos associados ativos foram liquidadas em dezembro de 2002, por meio de cessão de títulos LFT.

Dos 2.772 associados aposentados e pensionistas da PREVHAB, 2.239 (80,77%) firmaram contrato de ingresso ao Plano de Benefícios Especial e Exclusivo da CAIXA SEGUROS, regido pelo Contrato de Instituição de Plano Especial de Benefícios, entre a CAIXA e a CAIXA SEGUROS, com interveniência da PREVHAB, e pelo Contrato para Administração de Carteira de Títulos e Valores Mobiliários, ambos firmados entre a CAIXA SEGUROS e a CAIXA, no valor de R\$ 625.689, referente às reservas matemáticas avaliadas e posicionadas em 1º de outubro de 1998, reposicionadas no valor de R\$ 784.655 em junho de 2002, incluindo-se as provisões para causas judiciais.

Em 1º de novembro de 2002 ocorreu o distrato entre a CAIXA e a CAIXA SEGUROS, relativo ao contrato de Instituição de Plano Especial de Benefícios, com a transferência para CAIXA da totalidade dos recursos garantidores do plano.

Em decorrência do cancelamento do referido contrato, foi transferida pela Seguradora à CAIXA a totalidade dos recursos garantidores do Plano de Benefícios Especial, e para evitar solução de continuidade no pagamento dos benefícios complementares aos participantes daquele Plano, foi autorizado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), por meio do Ofício nº 2.099/SPC/CGAJ, de 13 de dezembro de 2002, em caráter excepcional, o pagamento dos benefícios, desde novembro de 2002, até que fossem implementadas as condições necessárias para que a FUNCEF pudesse administrar o(s) plano(s) a ser(em) instituído(s) para o referido grupo de participantes, quando se constitui provisão para fazer face aos pagamentos dos benefícios aos aposentados e pensionistas até a total adesão desses participantes a planos existentes ou a serem instituídos na FUNCEF.

A partir de 15 de abril de 2003, foi deflagrado o processo de transferência dos aposentados e pensionistas oriundos da PREVHAB para a FUNCEF, mediante adesão ao Plano de Benefícios - REB, e até a presente data já foram transferidos para aquela entidade 2.070 assistidos.

Os assistidos que ainda permanecem recebendo os seus proventos da CAIXA serão transferidos para um plano idêntico ao qual se encontravam vinculados, denominado Plano "Espelho", a ser instituído na FUNCEF.

## **Caixa Econômica Federal - CEF**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações**

#### **Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

#### **(3) Recursos vinculados a operações de crédito**

Referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por esses e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações de financiamento.

#### **(4) Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)**

Referem-se às responsabilidades da CAIXA junto à EMGEA, decorrente da administração de contratos, nas operações de crédito e bens não de uso.

#### **(d) Dívidas subordinadas elegíveis a capital**

Nos termos da Resolução nº 2.837/01 do CMN, foi convertido, em 11 de outubro de 2005, parte da dívida existente referente à obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS em dívida subordinada, que é incorporada ao patrimônio de referência, utilizado no cálculo dos limites de Basileia. Essa operação foi aprovada pelo BACEN em outubro de 2005 e apresenta o montante de R\$ 3.439.717 de principal e de R\$ 359.352 de atualização monetária em 31 de dezembro de 2006. O início do retorno da dívida ora contratada será a partir de 20 de março de 2013. O prazo de carência de 88 (oitenta e oito) meses para pagamento da dívida subordinada se estenderá até 20 de fevereiro de 2013 e será automaticamente prorrogada em caso de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, a partir de 20 de março de 2013, ou no caso de o próprio pagamento gerar desenquadramento. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento, incidirão atualização monetária e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa de 6,125%, correspondente à taxa efetiva de 6,300% ao ano, que equivalem à taxa média contemplada nos contratos vigentes.

### **16 Patrimônio líquido**

#### **(a) Capital social**

O capital social da CAIXA é de R\$ 6.556.161, exclusivamente integralizado pela União.

#### **(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução nº 2.099/94 (Acordo da Basileia)**

Conforme determinações da Resolução nº 2.099/94 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta a seguinte situação, sendo o mínimo exigido, no Brasil, de 11%.

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

<b>A - Patrimônio de Referência (PR) - Nível I</b>		<b>8.130.699</b>
Patrimônio Líquido	9.182.470	
Reservas de reavaliação	(623.548)	
Créditos Tributários - Resolução 3.059 - após 5 anos	(428.223)	
<b>B - Patrimônio de Referência (PR) - Nível II</b>		<b>4.063.265</b>
Reservas de reavaliação	623.548	
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	3.439.717	
<b>C - Patrimônio Líquido Exigido (PLE)</b>		<b>5.303.816</b>
Risco reduzido - 20%		560.905
Risco reduzido - 50%		1.484.285
Risco normal - 100%		2.720.746
Créditos tributários - 300%		288.815
Risco de crédito de "swap"		39.466
Risco de mercado - Taxa de juros		209.599
<b>D - Suficiência (A + B – C)</b>		<b>6.890.148</b>
<b>E - Índice de enquadramento [(A+B)*11/C]</b>		<b>25,29%</b>

#### (c) Reservas de reavaliação

Em dezembro de 2006, a CAIXA efetuou a reavaliação de 100% dos imóveis de uso, sendo a reavaliação executada por empresas de engenharia credenciadas, especializadas em avaliação de imóveis, e contou com o monitoramento e acompanhamento pelos profissionais da CAIXA.

#### (d) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, e reserva para incorporação ao capital proveniente dos resultados com a administração das loterias, sendo apurado no exercício de 2006 os montantes de R\$ 119.310 (2005 - R\$ 114.479) e R\$ 92.829 (2005 - R\$ 86.953) respectivamente.

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### (e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, de no mínimo, 25%. No exercício, findo em 31 de dezembro de 2006 foram provisionados dividendos correspondentes a 52% do lucro líquido ajustado no montante de R\$ 1.146.025 (2005 - R\$ 1.066.140), sendo R\$ 556.124 (2005 - R\$ 467.456) de dividendos e R\$ 589.901 (2005 - R\$ 598.684) referentes a juros sobre o capital próprio, calculados sobre o patrimônio líquido, limitados à variação *pro rata* dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que reduziu a despesa de imposto de renda e contribuição social em, aproximadamente, R\$ 200.566 no exercício (2005 - R\$ 203.553). No exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foi antecipado à União dividendos no montante de R\$ 919.691, atualizados pela taxa SELIC, perfaz o valor de R\$ 999.389.

Foi provisionado o valor de R\$ 286.163 de principal e R\$ 42.983 de atualização monetária efetuadas pela taxa SELIC, no montante de R\$ 329.146 referente a dividendos do exercício de 2005, a ser repassado a União.

	<b>2006</b>
<b>Lucro líquido</b>	<b>2.386.190</b>
Reserva legal	(119.310)
Realização de reserva	11.864
Reserva de loterias	(92.829)
<b>Base para cálculo dos dividendos</b>	<b>2.185.915</b>
<b>Dividendos propostos - 52%</b>	<b>1.146.025</b>
Juros sobre o capital próprio - 2006	589.901
Dividendos propostos - 2006	556.124
<b>Dividendos de exercícios anteriores - 2005</b>	<b>329.146</b>
Dividendos do ano de 2005	286.163
Atualização monetária	42.983

#### 17 Remuneração de empregados e de administradores

Estão destacadas, a seguir, as remunerações pagas aos empregados e administradores, não deduzidas as parcelas de glosas de que tratam o Decreto-Lei nº 2.355/87 e a Lei nº 8.852/94.

#### Remuneração de dezembro de 2006

	<u>Administradores</u>	<u>Empregados</u>
Maior	22.637,00	14.876,00
Média	20.579,00	4.094,00
Menor	17.149,00	808,00

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### 18 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

#### (a) Créditos tributários

A rubrica "Créditos tributários" possui como valores relevantes:

- Créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/01;
- Créditos de imposto de renda decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias; e
- Créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999.

O crédito tributário constituído é de R\$ 6.951.393 (2005 - R\$ 6.674.731) para o IRPJ e de R\$ 1.869.081 (2005 - R\$ 1.783.134) para a CSLL, totalizando o montante de R\$ 8.820.474 (2005 - R\$ 8.457.864). Em razão de entendimento da Administração, decorrente dos estudos quanto à realização dos créditos tributários nos próximos cinco exercícios fiscais, foram constituídas provisões no valor de R\$ 7.517.053 (2005 - R\$ 7.066.965), resultando em um total de créditos tributários líquidos de provisão de R\$ 1.303.421 (2005 - R\$ 1.390.899).

A Administração está presentemente revendo as condições para fins de realização dos créditos tributários à luz dos resultados alcançados nos últimos anos, das projeções e das premissas previstas na Resolução nº 3.355/06 do CMN.

#### Origem dos créditos tributários

	2006		2005	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.492.498	52.743	1.437.622	59.065
Provisão SFH	1.036.697	373.211	1.029.299	370.548
Provisão para contingências	1.278.604	460.297	1.143.430	411.635
Outros	697.295	228.959	563.796	184.252
Critério Antigo CSLL - MP 1998		(96.705)		(126.136)
Subtotal das diferenças temporárias	4.505.094	1.018.505	4.174.147	899.364
Prejuízo fiscal	2.890.572		2.890.572	
Baixas até o período	(444.273)		(389.988)	
Base negativa até 2000		512.595		512.595
Base negativa em 1998 - 18%		176.291		176.291
Diferenças temporárias 1998 - 18%		448.223		448.223
Baixas até o período		(286.533)		(253.339)
Total dos créditos tributários	6.951.393	1.869.081	6.674.731	1.783.134

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### Expectativa de realização dos créditos tributários

##### Valor contábil

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 a 2017	Total
IRPJ	27.955	64.234	87.886	127.220	147.449	172.699	541.006	1.168.449
CSLL	17.108	39.311	42.076	32.060	4.417			134.972
	45.063	103.545	129.962	159.280	151.866	172.699	541.006	1.303.421

##### Valor presente

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 a 2017	Total
IRPJ	26.233	60.519	78.237	107.159	117.513	130.230	366.044	885.935
CSLL	16.055	37.038	37.457	27.004	3.520			121.074
	42.288	97.557	115.694	134.163	121.033	130.230	366.044	1.007.009

O valor presente dos créditos foi calculado em atendimento à Circular nº 3.171/02, do BACEN, considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

Os estudos técnicos foram desenvolvidos a partir dos resultados projetados, observadas as metas e as regras estabelecidas para os produtos da Instituição, bem como as perspectivas de mercado e a avaliação de indicadores econômicos projetados em razão da tendência do cenário econômico para o País.

#### (b) Demonstrativo de apuração do IRPJ e da CSLL

	2006		2005	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>3.038.349</b>	<b>3.038.349</b>	<b>3.051.768</b>	<b>3.051.768</b>
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas de 25% e 9%	(759.563)	(273.451)	(762.942)	(274.659)
<b>Efeitos tributários das adições e exclusões</b>	<b>326.831</b>	<b>117.715</b>	<b>(9.532)</b>	<b>(3.284)</b>
Provisão para o SFH	(7.398)	(2.663)	176.677	63.604
Provisão para contingências	(137.137)	(47.155)	(398.193)	(141.177)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(56.483)	(20.271)	(164.068)	(59.065)
Resultado do FGTS	601.986	216.715	430.036	154.813
Outras	(74.137)	(28.911)	(53.984)	(21.459)
Realização da reserva de reavaliação	4.494	1.618		
Juros sobre o capital próprio	147.475	53.091	149.671	53.882
Participações dos empregados nos lucros	104.327	37.558	54.144	19.492
Ativo Fiscal Diferido	54.284	33.194	170.666	104.327
Incentivo Fiscal	5.055		11.052	
<b>Despesa total de IRPJ e CSLL</b>	<b>(117.097)</b>	<b>(30.275)</b>	<b>(386.941)</b>	<b>(100.242)</b>

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### (c) Movimentação do crédito tributário

	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2005	8.457.864	(7.066.965)	1.390.899
Realização do crédito tributário	(73.791)		(73.791)
Baixa de crédito tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(13.687)		(13.687)
Constituição	450.088	(450.088)	
Saldo em 31 de dezembro de 2006	8.820.474	(7.517.053)	1.303.421

De acordo com as projeções no ano de 2005, a previsão de realização do crédito tributário para o exercício de 2006 para IRPJ e CSLL é de R\$ 221.979. No exercício de 2006 foi realizado o montante de R\$ 87.478.

#### 19 Demonstração do resultado

##### (a) Receitas de prestação de serviços

	2º semestre de 2006	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2006	2005
Administração do FGTS	726.493	1.504.898	1.475.807
Administração do FCVS	50.872	107.054	115.781
Administração do PIS	41.144	61.832	64.249
Administração das loterias	206.324	418.300	425.888
FGTS - Tarifas de arrecadação e pagamento	162.818	317.595	259.662
Seguro-desemprego	33.901	55.236	34.139
Orçamento Geral da União (OGU)	33.800	52.893	26.534
Bolsa-família	110.417	222.389	227.773
INSS - Tarifas de arrecadação, pagamento e GFIP	46.056	87.677	60.896
Administração de fundos de investimentos	287.329	561.449	405.514
Tarifas de convênios	317.167	634.377	664.870
Serviços de compensação e outros papéis	75.768	152.753	126.714
Tarifas sobre manutenção de conta-corrente	208.407	370.421	292.929
Cobrança de títulos	126.888	245.676	235.731
EMGEA - Administração de Contratos	151.252	300.924	343.776
Outros serviços	270.071	501.251	406.121
	<b>2.848.707</b>	<b>5.594.725</b>	<b>5.166.384</b>

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### (b) Despesas com pessoal e administrativas

	2º semestre de 2006	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2006	2005
<b>Despesas com pessoal</b>			
Proventos	(1.999.239)	(3.923.641)	(3.637.403)
Benefícios	(489.394)	(918.361)	(716.144)
Encargos sociais:			
FGTS	(171.493)	(313.561)	(251.640)
Previdência social	(429.241)	(838.554)	(718.449)
Previdência complementar (Nota 21 (a))	(44.205)	(134.327)	(159.088)
Outros	(65.720)	(115.707)	(102.056)
	<b>(3.199.292)</b>	<b>(6.244.151)</b>	<b>(5.584.780)</b>
	2º semestre de 2006	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2006	2005
<b>Despesas administrativas</b>			
Comunicações	(239.306)	(356.635)	(291.769)
Manutenção e conservação de bens	(184.738)	(348.990)	(309.952)
Água e energia	(99.876)	(194.073)	(164.769)
Aluguéis	(245.916)	(481.396)	(407.686)
Despesas de material	(51.979)	(104.335)	(111.658)
Processamento de dados	(534.109)	(1.112.699)	(1.231.641)
Promoções e relações públicas	(60.982)	(85.956)	(80.153)
Propaganda e publicidade	(145.751)	(273.739)	(213.927)
Serviços do sistema financeiro	(85.380)	(167.624)	(158.716)
Serviços de terceiros	(210.401)	(383.031)	(279.009)
Serviços especializados	(93.172)	(156.807)	(122.025)
Serviços de vigilância e segurança	(141.691)	(271.837)	(208.258)
Depreciação e amortização	(121.985)	(349.970)	(429.993)
Outras administrativas	(113.464)	(190.843)	(145.501)
	<b>(2.328.750)</b>	<b>(4.477.935)</b>	<b>(4.155.057)</b>

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### (c) Composição das contas “Outras receitas/despesas operacionais”

	2º semestre de 2006	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2006	2005
<b>Outras receitas operacionais</b>			
Comissões e taxas sobre operações	480.286	1.045.242	562.251
Recuperação de despesas	174.610	357.395	291.390
Reversão de outras provisões operacionais	126.839	376.282	811.543
Rendas de outros créditos - EMBASA (NE nº 8(b)(ii))	17.162	36.962	40.753
Receitas de cartões de crédito	110.263	211.187	157.349
Receitas de dividendos	44.846	120.932	169.921
Créditos tributários – Atualização monetária	2.681	8.405	57.769
Atualização de depósitos em garantia	44.011	208.722	330.977
Depuração de contratos habitacionais			693.196
Outras receitas operacionais	112.428	125.222	223.998
	<b>1.113.126</b>	<b>2.490.349</b>	<b>3.339.147</b>

	2º semestre de 2006	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2006	2005
<b>Outras despesas operacionais</b>			
Despesas com reservas atuariais - FUNCEF/PREVHAB	(29.280)	(85.967)	(38.463)
Despesas com FCVS a receber - Resíduos	(278.100)	(409.597)	(326.698)
Despesas sobre obrigações com fundos e programas	(147.832)	(273.466)	(178.196)
Remuneração de revendedor lotérico	(1.311)	(2.635)	(75.690)
Provisão de FCVS a receber	(161.239)	(161.239)	98.619
Provisão para contingências	(357.823)	(926.344)	(2.368.406)
Provisão de tributos de títulos para negociação EMGEA/UNIÃO	(28.720)	(383.979)	(70.419)
Despesas com revendedor lotérico	(91.090)	(233.773)	(242.947)
Despesas com cartão de crédito	(117.860)	(227.830)	(195.596)
Despesas de serviços automatizados	(92.500)	(184.861)	(103.511)
Descontos de operações de crédito	(7.930)	(32.993)	(217.195)
Correspondente bancário	(198.307)	(385.000)	(296.513)
Despesas com ágio na aquisição de carteiras comerciais	(24.497)	(61.204)	(57.793)
Despesas com alavancagem de negócios	(34.679)	(81.826)	(22.784)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento		(52.219)	(98.620)
Despesas com operações FUNCEF - PMPP/PREVHAB		(91.398)	
Condenações judiciais	(85.620)	(138.232)	(81.941)
Despesas com créditos administrados por terceiros	(14.239)	(68.398)	(29.968)
Despesas com gestão financeira com fundo de previdência	(38.132)	(63.335)	(37.607)
Outras despesas operacionais	(197.649)	(398.580)	(391.467)
	<b>(2.029.980)</b>	<b>(4.419.992)</b>	<b>(4.809.078)</b>

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(d) Resultado não operacional**

Refere-se, principalmente, ao resultado das transações com bens não de uso próprio.

**(e) Participação dos empregados nos lucros**

Foi destacado para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o montante de R\$ 417.309 (2005 - R\$ 216.576).

**20 Ativos e passivos contingentes**

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável.

Adicionalmente, determinados processos tributários avaliados como de risco de perda possível ou remota, e que estão caracterizados como obrigação legal, também são parcialmente provisionados.

De acordo com seus advogados, a CAIXA não possui ativos contingentes classificados como praticamente certos, não sendo necessário o reconhecimento de contingências ativas nas demonstrações contábeis.

A CAIXA encontra-se em fase de revisão e adequação de seus passivos contingentes aos novos critérios previstos na norma contábil, Resolução nº 1.066/05 do Conselho Federal de Contabilidade e NPC 22, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, que determinam critérios específicos para reconhecimento e bases de mensuração aplicáveis as provisões, contingências passivas e ativas.

As provisões para contingências estão assim apresentadas:

**(a) Provisões constituídas**

**(i) Composição dos saldos patrimoniais**

	2005	Adições	Reversões	Utilizações	Atualização monetária	2006
Fiscais	1.083.463	72.050		77		1.155.436
Cíveis	1.796.922	600.933		142.044		2.255.811
Trabalhistas	1.399.536	49.484		73.870		1.375.150
Outros	310.357	62.535				372.892
	<b>4.590.278</b>	<b>785.002</b>		<b>215.991</b>		<b>5.159.289</b>
Depósitos judiciais	2.065.125	942.667	16.097	(416.058)	196.191	2.804.022

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

#### (ii) Composição por classificação de risco

	2006		2005	
	Montante	Provisão	Montante	Provisão
<b>Provável</b>	<b>4.240.216</b>	<b>4.240.216</b>	<b>3.720.634</b>	<b>3.720.634</b>
Perdas e danos	1.628.609	1.628.609	986.704	986.704
Habituação	161.488	161.488	232.068	232.068
Hipoteca	7.282	7.282	42.455	42.455
Poupança	426.835	426.835	504.123	504.123
Trabalhista	1.375.150	1.375.150	1.399.536	1.399.536
Fiscais	267.960	267.960	245.391	245.391
Outras	372.892	372.892	310.357	310.357
<b>Possível</b>	<b>12.588.671</b>	<b>919.073</b>	<b>12.052.871</b>	<b>869.644</b>
Fiscais	12.275.214	887.476	11.932.154	838.072
Outras	313.457	31.597	120.717	31.572
	<b>16.828.887</b>	<b>5.159.289</b>	<b>15.773.505</b>	<b>4.590.278</b>

#### (b) Ações trabalhistas e cíveis

A CAIXA possui na esfera passiva ações trabalhistas, cíveis, ações relacionadas à contestação de indexadores aplicados em operações ativas e passivas, inclusive em razão de planos econômicos, ações diversas relacionadas a financiamento imobiliário, loterias, perdas e danos, ações fiscais, entre outras. Essas ações são avaliadas e revisadas periodicamente, inclusive com relação aos valores médios históricos de perdas de ações trabalhistas.

A Administração entende, com base em pareceres de seus advogados, levando em consideração que em geral os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, que tais processos não implicarão prejuízos relevantes que excedam o saldo da provisão para essas contingências, de R\$ 4.003.853 (2005 - R\$ 3.506.815), suficiente para a cobertura de eventuais decisões judiciais desfavoráveis à CAIXA.

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

#### (c) Ações fiscais

- (i) A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449/88, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993, nos valores de R\$ 2.691.943 de principal, R\$ 2.011.254 de multa e R\$ 6.390.180 de juros, a valores de 31 de dezembro de 2006, cuja provisão constituída é de R\$ 644.666 (2005 - R\$ 621.097).

A CAIXA apresentou recurso ao Conselho de Contribuintes, que avaliou o processo em 3 de fevereiro de 1999. De acordo com o voto do Conselheiro Relator, os elementos trazidos ao processo pela fiscalização não permitiam a identificação de quais exclusões da base tributável do PASEP foram consideradas improcedentes e qual a motivação para que o Fisco efetuasse a glosa. Conforme resolução dos membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, o julgamento foi convertido em diligência à Secretaria da Receita Federal (SRF), para que a fiscalização esclarecesse os fatos e justificasse a glosa efetuada, cientificando a CAIXA do teor dessa manifestação e abrindo-lhe prazo adequado para que se pronunciasse a respeito. A Delegacia da Receita Federal em Brasília cientificou a CAIXA, em 21 de outubro de 1999, sobre o relatório de diligência, no qual o Fisco manteve os mesmos motivos alegados na autuação. A CAIXA encaminhou pronunciamento sobre o relatório de diligência fiscal ao Segundo Conselho de Contribuintes, que avaliou o processo em 7 de novembro de 2000. De acordo com a resolução dos membros do Conselho, o julgamento foi convertido em nova diligência à SRF. A CAIXA tomou ciência do Relatório de Diligência Fiscal em 26 de abril de 2001. Neste, o Fisco manteve os motivos alegados na autuação, mencionando que não caberia mais exame de identificação das contas glosadas. Em 28 de maio de 2001, a CAIXA manifestou-se quanto ao resultado da diligência perante o Segundo Conselho de Contribuintes, que em sessão no dia 18 de outubro de 2006, por meio do Acórdão 202-17402, deu provimento parcial ao recurso voluntário da CAIXA, entretanto, dessa decisão cabe recurso pelo procurador da Fazenda Nacional, assim como embargos pela CAIXA dentro dos prazos regimentalmente previstos no regimento do Conselho de Contribuintes. Esgotadas as possibilidades na esfera administrativa, é ainda cabível recurso ao Poder Judiciário.

- (ii) A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores que foram reposicionados para 31 de dezembro de 2006, conforme relatório do INSS, montam a R\$ 1.181.837 (2005 - R\$ 1.218.206), cuja provisão constituída é de R\$ 222.347 (2005 - R\$ 216.975).

É entendimento da CAIXA que os referidos pagamentos não estão sujeitos ao recolhimento da contribuição previdenciária, haja vista a sua característica indenizatória e as disposições legais aplicáveis, motivo pelo qual os débitos se encontram sob questionamento judicial.

Do total dos débitos previdenciários, que somam R\$1.181.837, as notificações para as quais o fato gerador é a conversão em espécie de licença-prêmio e ausência para tratar de interesse particular representam 53%. Com amparo nas reiteradas decisões judiciais,

## **Caixa Econômica Federal - CEF**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações**

#### **Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado**

---

sustentadas pelas Súmulas STJ 125 e 136, e nos atos declaratórios da Receita Federal em cumprimento ao Parecer PGFN/CRJ/N.º 1.643/03, que definem tais verbas como indenizatórias e não sujeitas à tributação, essas foram consideradas com plena probabilidade de êxito para a CAIXA, não impactando o valor da provisão.

(iii) As fiscalizações municipais atuaram a CAIXA em diversos municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total em 31 de dezembro de 2006 corresponde ao montante de R\$ 218.353 (2005 - R\$ 204.344), totalmente provisionado.

Considerando a natureza das matérias em questão, sopesada a plausibilidade e qualificação dos argumentos consubstanciados em acórdãos e demais jurisprudências inerentes aos assuntos, os estudos realizados pelos consultores jurídicos e tributários da CAIXA indicam que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis no mérito de alguns quesitos dos processos.

## **21 Benefícios a empregados**

### **(a) Plano de benefícios - Previdência privada**

A CAIXA é patrocinadora da Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF), que tem por objetivo a administração de planos de benefícios de natureza previdenciária, nas condições previstas nos regulamentos próprios, havendo atualmente planos de benefício definido e de contribuição definida.

Para a consecução dos objetivos da FUNCEF e em complementação às contribuições dos participantes, a CAIXA efetua contribuições de acordo com o percentual determinado segundo fórmulas atuariais, sendo o montante desembolsado no exercício de 2006 de R\$ 134.327 (2005 - R\$ 159.088). O plano de custeio da entidade enquadra-se como benefício definido para 18.759 associados, enquanto para 36.967 enquadra-se como contribuição definida.

A CAIXA, na condição de patrocinadora, submeteu à apreciação do Ministério da Fazenda e obteve aprovação, bem como manifestação favorável do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST), da alteração do Regulamento do Plano de Benefício da FUNCEF para: (i) adequação parcial das disposições das Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001; (ii) incorporação de novas condições de custeio do Plano pelos participantes e pela patrocinadora; e (iii) estabelecimento de critérios de migração dos participantes dos planos de benefícios REPLAN/REB para a nova versão do plano REB de contribuição definida.

Em dezembro de 2006, a CAIXA disponibilizou à FUNCEF o valor de R\$ 150.727 a título de aporte de contribuição extraordinária, na forma do artigo 19, parágrafo único, inciso II, da Lei Complementar nº 109/2001 e, ainda, conforme aprovado pelo Ministério da Fazenda, por meio do Ofício 319/2006/SE/MF, de 04 de maio de 2006, que aprovou as alterações do Regulamento do REG/REPLAN.

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Adicionalmente, o plano de benefício definido (REPLAN) encontra-se em fase de revisão e adequação a novos critérios e condições, inclusive com a previsão de migração dos participantes a novo plano de contribuição definida, cuja conclusão ocorreu em 30 de novembro de 2006. Nesse contexto, a CAIXA ainda não realizou os estudos e cálculos previstos na norma contábil NPC 26, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, que determina critérios específicos para apuração dos efeitos nas demonstrações contábeis de entidades patrocinadoras de planos de previdência na modalidade benefício definido.

	<b>Ativos</b>	<b>%</b>	<b>Assistidos</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
Elegíveis	41.244	100	24.640	100	65.884
Adesões ao novo plano/saldamento	21.857	53	19.244	78,1	41.101
Não adesões (REPLAN)	17.627	42,7	3.437	13,9	21.064
Não adesões (REB)	1.497	3,6	1.959	8	3.456
Não participantes (EX-REPLAN)	263	0,6			263

Segundo estimativas, o valor presente das obrigações atuariais está coberto pelo patrimônio dos planos.

#### (b) Plano de saúde - SAÚDE CAIXA

Em 1º de agosto de 2002, entrou em vigor o Saúde CAIXA - um programa de saúde instituído pela CAIXA e por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos beneficiários inscritos, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, à CAIXA SEGUROS, ao Fundo PMPP e ao INSS.

Como resultado de amplas discussões entre a CAIXA, as associações de aposentados e os representantes dos empregados, foram implementadas, em julho de 2004, diversas mudanças no programa Saúde CAIXA.

As alterações contemplam vários aspectos do benefício e visam a promover uma aproximação entre os usuários e a empresa por meio da criação do conselho de usuários, que acompanhará o desempenho do programa, garantindo mais transparência à gestão do Saúde CAIXA.

Desse modo, a CAIXA participa com 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de 3,5% sobre a despesa com folha de pagamento de pessoal. E o beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% de sua remuneração-base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitado ao resseguro.

Adicionalmente, a última avaliação atuarial demonstrando a situação econômico-financeira e atuarial do Saúde CAIXA foi efetuada para o exercício de 2004.

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

A defasagem do cálculo atuarial deve-se ao fato da CAIXA estar em fase de implantação do novo sistema de gestão e controle das contribuições e gastos do plano de saúde.

## 22 Outras informações

### (a) Administração de entidades sociais

Segue relação dos patrimônios dos Fundos e Programas Sociais administrados pela CAIXA:

ENTIDADE	2006	2005
PIS	23.583.154	22.024.837
FGTS	21.376.001	19.808.420
FAR	3.229.416	3.000.797
FDS	772.995	709.913
FAS	448.399	390.639
PCE	35.551	36.635
FGS	24.047	16.471
FIEL	40.362	37.417
	<b>49.509.925</b>	<b>46.025.129</b>
FCVS (i)	(76.663.969)	(72.936.898)

(i) A obrigação pela cobertura do patrimônio líquido negativo do FCVS é exclusiva da União. O saldo está posicionado em novembro de 2006.

### (b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 61.299 (2005 - R\$ 64.900), referente aos imóveis patrimoniais penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

### (c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

## 23 Partes relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

OPERAÇÕES/ENTIDADES	ATIVO/ PASSIVO	RECEITAS/ DESPESAS	ATIVO/ PASSIVO	RECEITAS/ DESPESAS
	2006		2005	
<b>Juros sobre capital próprio e dividendos</b>				
Caixa Seguros	138.228	213.817	81.035	227.246
<b>TARIFAS A RECEBER</b>				
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	96.152	302.567	329.521	279.662
PIS	3.830	61.832	4.352	62.963
PCE	63	1.073	863	1.485
FIEL	3.309	434	2.875	438
FGTS	154.962	1.822.494	148.732	1.752.967
FCVS		107.054		109.894
FAS	67	830	65	806
FAR	8.011	50.789	6.448	44.375
FGS	787	1.554	817	1.019
FDS	22.438	36.094		21.913
FIES	35.095	70.060	37.494	64.279
SH	3.055	760	4.952	3.262
OGU	186.068	52.893	167.298	47.766
Caixa Seguros		17.678		15.407
<b>DEPÓSITOS DE FUNDOS E PROG. C/ REMUNERAÇÃO</b>				
SH	(371)	(66)	(5)	(129)
PIS	(89.891)	(194.922)	(73.004)	(202.219)
PCE	(3)	(202)	(5.267)	(163)
FIEL	(43.374)	(3.335)	(39.992)	(3.320)
FGTS	(4.772.664)	(584.487)	(3.684.633)	(555.945)
FGS	(20.536)	(860)	(15.807)	(3.407)
FCVS	(98)	(39)	(97)	(153)
FAS	(8.382)	535	(2.766)	(4.621)
FDS	(28.994)	(3.820)	(25.203)	(1.838)
FAR	(23.635)	(7.279)	(23.614)	(7.104)
<b>RECURSOS EM TRÂNSITO DE TERCEIROS</b>				
FCVS	(94)		(375)	
<b>OBRIG. POR REPASSES - OUTRAS INSTITUIÇÕES OFICIAIS</b>				
FGTS	(15.601.949)	(1.465.352)	(11.105.749)	(1.314.381)
FDS	(40.665)	(354)	(6.808)	(288)
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	(496.919)		(483.757)	

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

OPERAÇÕES/ENTIDADES	ATIVO/	RECEITAS/	ATIVO/	RECEITAS/
	PASSIVO	DESPESAS	PASSIVO	DESPESAS
	2006		2005	
<b>RECURSOS COM DESTINAÇÃO ESPECÍFICA</b>				
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	(330.190)	(59.319)	(547.072)	(71.331)
PIS	(1.255.522)		(1.266.436)	
FIES	(19.765)		(7.267)	
FDS	(301)			
<b>OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>				
FCVS		18.904		16.993
FGTS		978.442		611.230
FAR		43.778		40.118
FDS		892		356
OGU		106		134
FIES		3.759		3.830
<b>OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>				
FAR		(13.893)		(10.759)
Caixa Seguros		(63.335)		(54.766)

## 24 Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada com base no método indireto e de acordo com as definições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), cujo objetivo é transparecer e informar os usuários das demonstrações contábeis.

	Segundo semestre de 2006	2006	2005
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>1.042.212</b>	<b>2.386.190</b>	<b>2.073.016</b>
<b>AJUSTES PARA RECONCILIAR O LUCRO LÍQUIDO AO CAIXA LÍQUIDO</b>			
<b>PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	825.445	2.011.350	1.179.590
Depreciações e amortizações	121.985	349.970	429.993
Resultado de participações em coligadas e controladas	(135.131)	(177.917)	(140.300)
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES:</b>			
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.564.335)	(7.127.760)	(5.488.020)
Redução (aumento) em títulos e valores mobil. e instrum. financeiros			
derivativos	(1.885.072)	(220.018)	(20.626.638)
Redução (aumento) em relações interfinanceiras	(925.053)	(1.786.727)	(3.454.897)
Redução (aumento) em relações interdependências	252.482	(22.588)	97.966
Redução (aumento) em operações de crédito	(4.183.243)	(9.386.468)	(8.385.900)
Redução (aumento) em outros créditos	(114.541)	(633.118)	(1.611.409)
Redução (aumento) em outros valores e bens	57.379	84.260	(167.290)
Baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(264.056)	(422.049)	(652.746)
Aumento (redução) em outras obrigações	1.010.861	2.529.755	6.889.158

## Caixa Econômica Federal - CEF

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Segundo semestre de 2006	2006	2005
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(6.803.279)</b>	<b>(14.801.310)</b>	<b>(31.930.493)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Aumento (redução) em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(1.667.395)	(2.403.643)	(1.604.060)
Alienação de investimentos	119.224	163.174	13.172
Alienação de imobilizado de uso	118.821	184.517	184.683
Redução do diferido	(161.460)	(258.090)	(267.130)
Aplicação no diferido	(120.972)	(177.800)	(112.930)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(1.711.782)</b>	<b>(2.491.842)</b>	<b>(1.786.265)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Aumento (redução) em depósitos	9.425.375	14.490.904	15.126.894
Aumento (redução) em captações no mercado aberto	(2.333.346)	1.300.019	18.261.249
Aumento (redução) em recursos por emissão de títulos	(401.297)	(3.192.793)	(1.766.851)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos	(89.071)	(150.846)	85.490
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses	2.088.382	4.640.766	963.186
Dividendos de exercícios anteriores	(286.163)	(286.163)	
Dividendos propostos	(250.924)	(556.124)	(138.310)
Juros sobre o capital próprio pagos e/ou provisionados	(268.786)	(589.901)	(598.684)
Ajuste ao valor de mercado	51.531	30.713	(54.079)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>7.935.701</b>	<b>15.686.575</b>	<b>31.878.895</b>
<b>AUMENTO EM DISPONIBILIDADES, LÍQUIDA</b>	<b>462.852</b>	<b>779.613</b>	<b>235.153</b>
<b>MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES, LÍQUIDA</b>			
Início do Período	1.252.471	935.710	700.557
Fim do Período	1.715.323	1.715.323	935.710
Aumento das disponibilidades	462.852	779.613	235.153

## 25 Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental

A Demonstração das Informações de Natureza Social e Ambiental apresentada para o exercício de 2006 está de acordo com a Resolução CFC 1.003/04 - NBC-T 15.

# Caixa Econômica Federal - CEF

## Notas explicativas da administração às demonstrações

### Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Exercícios findos em 31 de dezembro	(Em R\$ mil)		Exercícios findos em 31 de dezembro	(Em unidade)	
	2006	2005		2006	2005
<b>RIQUEZA GERADA E DISTRIBUÍDA - DVA</b>	<b>10.883.584</b>	<b>10.371.571</b>	<b>RECURSOS HUMANOS</b>		
Pessoal e Encargos	5.826.223	5.082.911	Total de empregados no final do exercício	72.252	68.257
Impostos, taxas e contribuições	2.164.799	2.422.773	Total de admissões	6.199	10.035
Aluguéis	506.372	463.725	Total de demissões	2.115	1.496
Juros sobre capital próprio e dividendos	1.146.245	1.066.140	Total de estagiários no final do exercício	11.772	11.878
Lucros retidos	1.239.945	1.336.022	Total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	450	420
			Total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	12.820	16.951
<b>RECURSOS HUMANOS</b>	<b>6.793.879</b>	<b>5.869.853</b>	Total de menores (Prog. Adolescente Aprendiz)	3.600	3.125
Remuneração bruta de administradores	6.098	5.818	Total de empregados do sexo masculino	38.440	36.286
Remuneração bruta de empregados CAIXA	3.923.641	3.637.403	Total de empregados do sexo feminino	33.812	31.971
Remuneração bruta de empregados terceirizados	171.163	123.354	Total de empregados por faixa etária:		
Remuneração bruta de estagiários	58.859	57.945	menores de 18 anos	-	-
Remuneração bruta de menores	39.454	44.350	de 18 a 35 anos	23.175	19.864
Relação entre o maior e o menor salário administrador e empregado CAIXA	21.829	20.463	de 36 a 60 anos	48.946	48.291
Gastos com encargos sociais	1.152.120	970.089	Acima de 60 anos	131	102
Gastos com alimentação	478.073	342.503	Total de empregados por nível de escolaridade:		
Gastos com transporte	14.426	9.982	analfabeto	-	-
Gastos com previdência privada	134.327	159.088	com ensino fundamental	348	226
Gastos com saúde	272.236	202.570	com ensino médio	17.061	21.671
Gastos com segurança e medicina do trabalho	9.556	4.230	com ensino superior	42.494	34.608
Gastos com educação (Exceto Educação Ambiental)	20.350	15.710	pós-graduados	12.349	10.424
Gastos com cultura	16.312	11.298	Cargos de chefia ocupados por sexo:		
Gastos com capacitação e desenvolvimento profissional	30.397	22.582	Masculino	8.771	4.876
Gastos com programa de assistência à Infância	27.730	25.892	Feminino	5.748	5.440
Participações nos lucros ou resultados	417.309	216.576	Ações trabalhistas		
			Número de processos movidos contra a entidade	44.887	39.642
<b>INTERAÇÃO COM O AMBIENTE EXTERNO</b>	<b>754.117</b>	<b>636.322</b>	<b>INTERAÇÃO COM O AMBIENTE EXTERNO</b>		
<b>Interação com a Comunidade - Investimentos</b>	<b>54.190</b>	<b>51.474</b>	<b>Interação com os Clientes</b>		
Educação	564	89	Reclamações recebidas diretamente na entidade	210.200	159.000
Cultura	32.154	23.000	Reclamações recebidas através do BACEN	3.190	1.967
Saúde e saneamento	609	814	Recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor	797	487
Esporte e lazer	20.608	24.800	Recebidas por meio da Justiça	29.079	30.294
Alimentação	255	2.771	<sup>2</sup> Ações Empreendidas pela Entidade Para Sanar ou minimizar as causas das reclamações	Nota	Nota
<b>Interação com os Clientes</b>	<b>146.777</b>	<b>89.948</b>	<b>Relação com os Fornecedores</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
Multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de defesa do consumidor ou pela justiça	146.777	89.948	<sup>1</sup> Utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores	<b>X</b>	
<b>Interação com o Meio Ambiente</b>	<b>553.150</b>	<b>494.900</b>			
Programa de racionalização de gastos e eliminação de desperdício (Proged)	553.000	494.500			
Inovação Tecnológica em Desenvolvimento Urbano	150	400			
<sup>3</sup> Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos, estagiários e administradores da entidade	Nota	Nota			
<sup>3</sup> Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	Nota	Nota			
<sup>3</sup> Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	Nota	Nota			
<sup>3</sup> Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativamente e/ou judicialmente	Nota	Nota			
<sup>3</sup> Passivos e contingências ambientais	Nota	Nota			

<sup>1</sup> Mesmo sendo uma Empresa Pública vinculada à Lei de Licitações nº 8.666/93, a CAIXA sempre emprega esforços no sentido de atender aos conceitos de Empresa Socialmente Responsável.

<sup>2</sup> Todas as ocorrências recebidas pela Ouvidoria da CAIXA são respondidas pelas áreas competentes. Embora nem todos os pedidos sejam atendidos, os manifestantes recebem os devidos esclarecimentos.

<sup>3</sup> Em consonância com as diretrizes de responsabilidade social da empresa, a CAIXA implementou a Política Ambiental Corporativa para orientar negócios e processos internos, integrando as questões ambientais às práticas de gestão, atividades e decisões em

a) Itens Não-Contábeis (informação compartilhada com outras áreas e especialistas da CAIXA):

Campo Esquerdo - Todos os itens Interação com a Comunidade - Investimentos

Campo Esquerdo - Relação entre o maior e menor salário

Campo direito - Todos os itens Recursos Humanos

Campo direito - Interação com os clientes

Campo direito - Interação com o Meio Ambiente

Campo direito - Relação com os Fornecedores

Maria Fernanda Ramos Coelho  
Presidenta

Bolívar Tarrago Moura Neto  
Vice-presidente

Carlos Alberto Cotta  
Vice-presidente

Clarice Coppetti  
Vice-presidente

Fábio Lenza  
Vice-presidente

Fernando Nogueira da Costa  
Vice-presidente

Francisco Egídio Pelúcio Martins  
Vice-presidente

João Aldemir Dornelles  
Vice-presidente

João Carlos Garcia  
Vice-presidente

Jorge Fontes Hereda  
Vice-presidente  
Contadoria

Raphael Rezende Neto  
Superintendente Nacional de  
Contador CRC 9.037/O-0 - DF